

FACULDADE GAMA E SOUZA – FGS

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

RIO DE JANEIRO-RJ

2005

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	4
3	AS DIMENSÕES DA FGS	6
3.1	O ENSINO	6
3.2	A PESQUISA	6
3.3	A EXTENSÃO	13
4	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	14
5	EXPRESSÕES DA QUALIDADE DE ENSINO	15
5.1	A QUALIDADE EXPRESSA NA LEI E EM DOCUMENTOS OFICIAIS	
6	AS FORMAS DE GESTÃO	21
7	RESPONSABILIDADE SOCIAL	25
8	OS CURSOS	30
8.1	CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	30
8.1.1	OBJETIVOS	
8.1.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.2	CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS	32
8.2.1	OBJETIVOS	
8.2.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.3	CURSO DE LETRAS (PORTUGUÊS/LITERATURAS)	35
8.3.1	OBJETIVOS	
8.3.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.4	CURSO DE CIÊNCIAS – HABILITAÇÃO: MATEMÁTICA	41
8.4.1	OBJETIVOS	
8.4.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.5	CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	43
8.5.1	OBJETIVOS	
8.5.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.6	CURSO DE TURISMO	47
8.6.1	OBJETIVOS	
8.6.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.7	CURSO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	51
8.7.1	OBJETIVOS	

8.7.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.8	CURSO PEDAGOGIA	55
8.8.1.	OBJETIVOS	
8.8.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.9	CURSO NORMAL SUPERIOR	60
8.9.1	OBJETIVOS	
8.9.2	PERFIL PROFISSIONAL	
8.10	CURSO DE DIREITO	64
8.10.1	OBJETIVOS	
8.10.2	PERFIL PROFISSIONAL	
9	ANEXOS	71
9.1	PROPOSTA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – FGS	

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - FGS

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento consolida o Projeto Pedagógico Institucional da Faculdade Gama e Souza (FGS). Ancoram-se no Projeto os pressupostos teórico-metodológicos que esta Instituição de Ensino Superior tem como premissa para o cumprimento de seu papel social de formação de profissionais competentes, considerando que um dos mais significativos impactos das mudanças ocorridas no mundo do trabalho sobre a educação, em todos os níveis, é, sem dúvida, o estabelecimento de uma nova mediação entre homem e trabalho, que, segundo Kuenzer (2000)¹ *“passa a ser exercida pelo conhecimento, compreendido enquanto produto e processo da práxis humana, síntese entre pensamento e ação, conteúdo e método, individual e coletivo”*.

Trata-se de um documento elaborado após estudos e discussões do grupo de coordenadores e professores desta IES, que, a partir do disposto no Título V (art. 43) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), dedicou-se a acompanhar e analisar as propostas de Diretrizes Curriculares dos cursos aqui oferecidos, bem como as discussões ocorridas nas mais diversas instâncias dos campos profissionais acerca do perfil necessário para cada profissional na atualidade, e, ainda considerando as necessidades do Estado do Rio de Janeiro, destacadamente da Zona Leopoldinense da Cidade, em que se encontra inserida.

A FGS é uma Instituição de Ensino Superior que vem se consolidando no Estado do Rio de Janeiro a partir de seu trabalho na formação de profissionais de diferentes áreas com o perfil exigido pelo mercado de trabalho neste início de século.

2. JUSTIFICATIVA

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico configurando a sociedade virtual e os meios de informação e comunicação incidem com bastante força no indivíduo, exigindo uma formação sintonizada

¹ KUENZER, Acácia Zeneida. Educação, linguagens e novas tecnologias: as mudanças no mundo do trabalho e as relações conhecimento e método. IN: CANDAU, Vera M^a (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e no aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. p 135-160.

com as necessidades da sociedade contemporânea. Isto faz com que aumentem os desafios das instituições de nível superior voltadas para a formação de profissionais que administrarão as políticas públicas nas mais diversas áreas e efetivando-os como competentes cientistas sociais, independente de sua área de formação, postura tão necessária aos profissionais de nível superior. Este posicionamento não é tarefa simples nem para poucos, pois:

“Preparar para a vida pública nas sociedades formalmente democráticas na esfera política, governadas pela implacável e às vezes selvagens leis do mercado na esfera econômica, comporta necessariamente que a escola assuma as vivas contradições que marcam as sociedades contemporâneas desenvolvidas. (Pérez Gómez, 1998) ²”

Cabe ao Ensino Superior preparar profissionais dando sustentação para que o país se fortaleça em todos os aspectos da natureza humana, oferecendo condições de acesso a um conhecimento cultural, científico e tecnológico que lhes assegurem condições para fazerem frente às exigências do mundo contemporâneo.

Esta Instituição está compromissada em oferecer os Cursos de Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Sistema de Informação, Turismo, Administração Geral, Pedagogia, Direito, Letras (Português/Literaturas) e Ciências – Habilitação: Matemática e Normal Superior, sendo os sete primeiros bacharelados e os demais cursos de licenciaturas plenas; além dos cursos superiores tecnológicos de Gestão Comercial (Vendas), Negócios Imobiliários, Rede de Computadores, Gestão de Processos Gerenciais (setor automotivo), Gestão em Marketing, Gestão Hospitalar e Segurança no Trabalho. Todos com ênfase no desenvolvimento local e regional, destacando em cada um dos currículos eixos articuladores que se interpenetram na intenção de contribuir na efetivação do papel social do ensino superior, ancorado no tripé ensino-pesquisa-extensão.

Os cursos oferecidos na FGS contemplam formação teórica, científica e técnica para que os futuros profissionais aprofundem-se na teoria, na pesquisa e no exercício de

² PÉREZ GÓMEZ, A I. As funções da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. IN: SACRISTÁN, J. Gimeno. Compreender e Transformar o Ensino. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. p 13-26.

atividades específicas da carreira escolhida. A oferta desses cursos tem como suporte a premissa de que a compreensão dos fenômenos culturais, sociais, históricos, políticos e econômicos sujeitam-se à pluralidade de abordagens. Neste sentido, a proposta metodológica dos cursos procura contemplar as diferentes abordagens teóricas de cada área, na crença de que se devem demonstrar ao aluno as vertentes pelas quais é possível a análise dos fenômenos presentes em cada uma das áreas do conhecimento contempladas nesta IES.

Cabe aos profissionais que atuam nos cursos da FGS, contemplar em seu fazer pedagógico cotidiano a idéia de que o processo educativo não se restringe ao escolar, uma vez que abrange as relações mais amplas entre o indivíduo e o meio humano — social, físico, ecológico, cultural, político e econômico.

Os cursos da FGS, além de contemplar na prática da pesquisa a pluralidade educativa, concentram suas temáticas investigativas em seus eixos articuladores do currículo que se tornaram também linhas norteadoras da pesquisa na IES.

O currículo tem uma forte orientação para a pesquisa, seja como prática acadêmica, através da produção de trabalhos monográficos, seja como atitude. Ressaltem-se aí, os vínculos entre o ensino e a pesquisa, a pesquisa como forma básica de construção do saber, em confronto e em questionamento com os saberes já estabelecidos e como instrumento para desenvolvimento das competências do pensar.

3. AS DIMENSÕES DA FACULDADE GAMA E SOUZA

3.1. ENSINO

O comprometimento do ensino é com a reflexão crítica, criando-a, provocando-a, permitindo-a. Para isso, é preciso o máximo possível de informações e conhecimento a fim de que a realidade seja percebida, questionada, avaliada, estudada e entendida em todos os seus ângulos e relações, com rigor, para que possa ser continuamente transformada. Busca-se estabelecer uma mentalidade criativa comprometida com o desvelamento da verdade, através do exercício da assimilação, da comparação, da análise, da avaliação das proposições e dos conhecimentos. Por conseguinte, formando profissionais de alto nível tecnológico e produzindo ciência. O ensino, desta forma compreendido, constitui-se em dimensão essencial junto à pesquisa na oferta da identidade epistemológica dos profissionais formados na FGS.

3.2 PESQUISA

Através da pesquisa, dimensão obrigatória, nesta proposta de formação, assume-se a perspectiva de considerar os profissionais egressos em sua capacidade de decidir e sempre estarem prontos a rever suas práticas e teorias que as formam, pelo confronto de suas ações cotidianas com as produções teóricas, ou seja, pela pesquisa da prática e a produção de novos conhecimentos para a teoria e prática profissional.

Dessa forma, a valorização dos projetos de pesquisa será desenvolvida privilegiando a história, a cultura, a política e a economia local, regional, nacional e mundial para que haja unidade no tratamento das temáticas e questões essenciais referentes às formações profissionais aqui desenvolvidas. A pesquisa visa o exercício desses profissionais na caracterização histórica, cultural, política e econômica da sociedade, configurando a dimensão da totalidade e da visão de conjunto. Tal visão propõe-se articulada com as questões e serão tratadas nos cursos oferecidos por esta IES.

Saviani (1987)³ nos oferece subsídios para ancorar nossa proposta de articulação ensino-pesquisa e extensão ampliada e articulada entre os cursos da IES. Diz o autor:

“Se o ensino repousa sobre o já conhecido, a pesquisa se dirige ao ainda não conhecido. Busca-se, pois, transformar o ainda não conhecido em algo conhecido; daí a tendência a se considerar que o ensino decorre da pesquisa: só pode haver ensino a respeito daquelas coisas que se conhecem. Eu só posso ensinar aquilo que conheço, aquilo que aprendi. Mas eu só posso aprender, se houver conhecimentos sistematizados; a função da pesquisa é justamente produzir esses conhecimentos.”

Tal justificativa nos esclarece acerca da articulação ensino/pesquisa que se pretendeu no ensino superior, a partir da Lei 5.540/68, que tratou da reforma do ensino universitário. Essa articulação nem sempre é clara, apesar de presente nos cursos, se

³ SAVIANI, Dermeval. Extensão Universitária: uma abordagem não extencionista. In: _____ **Ensino Público e algumas falas sobre Universidade**. São Paulo: Cortez, 1987. p 46-65.

considerarmos que em sua atividade de ensino, o professor busca sempre enfatizar aquilo que pesquisa, não simplesmente para divulgar seu trabalho, mas, principalmente, por ser sua área de domínio teórico. O que ocorre frequentemente é que nem sempre sua área de pesquisa está totalmente afinada à disciplina que ministra, sem a necessária aderência.

Ressaltamos que no processo de efetivação da pesquisa nesta IES, levamos em consideração o alerta que Saviani (1987)⁴ nos faz, lembrando que: *“o ensino tem a sua especificidade, do mesmo modo que a pesquisa,” por este motivo não podemos limitar o ensino em nossas pesquisas, elas nem sempre atendem às necessidades dos alunos e ao proposto pelo curso ao qual nos inserimos”*.

Nossa crença é de que a articulação entre ensino e pesquisa é, sem dúvida, um dos elementos que definem a excelência no processo de ensino e de aprendizagem tanto no Ensino Superior, como em outros níveis de ensino. Entendemos o professor universitário como um pesquisador de seu próprio “fazer” e, neste processo se faz presente toda a construção realizada em formação, tal concepção se faz presente na produção de Alarcão (2001)⁵ que, ao listar as tendências evolutivas no paradigma de investigação, inclui *“a análise dos discursos reais e das práticas profissionais”*.

A pesquisa está organizada em um grande eixo, de onde se inter-relacionam as temáticas de interesse de cada um dos cursos, conforme o esquema abaixo:

PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E DAS REGIÕES

3.2.1 LETRAS

1) CAMPO DE CONFLUÊNCIA:

LEITURA, SOCIEDADE, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO.

DESCRIÇÃO: este campo compreende a análise dos mecanismos de evolução do processo ensino-aprendizagem a partir da capacidade de apreensão de informações e de referenciais

⁴ idem

⁵ ALARCÃO, Isabel. Novas tendências nos paradigmas de investigação em Educação. In: _____. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: ArtMed, 2001. p135-144.

lúdicos em turmas de Educação Básica. Propõe, ainda, a avaliação qualitativa e quantitativa dos padrões de leitura e sua importância na formação do leitor. Temas e questões pertinentes à fundamentação do leitor ideal e, por consequência, do cidadão ideal; do compromisso da Escola e da Sociedade com a construção desse perfil e dos graus de interferência das novas tecnologias no sistema de aprendizagem formal e informal, constituem o *corpus* de investigação científica, tencionando mensurar, avaliar e analisar a modelagem do pensamento crítico-investigativo no indivíduo.

LINHA 1:

ESTUDOS DE LITERATURA E LEITURA PARA CRIANÇAS E JOVENS

RESPONSÁVEL: Prof^a Dr^a Izabel Cristina Augusto de Souza Faria

PARTICIPANTES: alunos dos Cursos de Letras e de Especialização, além de egressos filiados ao Programa do Laboratório de Extensão e Pesquisa da COPPE *Gama e Souza*

INÍCIO: 2001/II

DESCRIÇÃO: partindo da ciência de que a política de leitura, normalmente empreendida pelas instituições de ensino, auxilia na regulamentação de um sistema viciado e pouco afeito a mudanças, com pouco ou nenhum investimento intelectual por parte de alunos e professores; considerando, ainda, que a sociedade valoriza os sistemas padronizados de leitura através das ações permissivas da mídia, essa linha de pesquisa investiga os procedimentos, conceitos, valorização e contribuições dos projetos de leitura da Educação Básica.

Explorar o Programa de Leitura de cada escola, ou instituição afim participante, a presença dos elementos passionais e racionais é levar essas unidades escolares e de apoio a articular a leitura segundo os valores estéticos, historiográficos e ideológicos. O ponto de partida são os resultados alcançados nos projetos de investigação científica, mobilizando a comunidade universitária e local para que se insiram no mundo do trabalho e no mundo social enquanto partícipes e elaboradores tanto do discurso histórico quanto da própria História.

TEMA: *“Leitura em Questão”*

RESPONSÁVEL: Prof^a Dr^a Izabel Cristina Augusto de Souza Faria

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Letras, matriculados entre os anos de 2001/II e 2003/II.

INÍCIO: 2001/II

TÉRMINO: 2004/II

DESCRIÇÃO: o projeto consiste no processo de levantamento, comparação e elaboração de resultados que tratem do programa de política de leitura em escolas e instituições afins situadas em Olaria (bairro matriz), na região periférica ou, ainda, Unidades Educacionais em que graduandos já exerçam o magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Obs.: o projeto foi encerrado em 2005/II, com redação de relatório circunstanciado e, agora, encontra-se em fase de publicação, com elaboração de CD-Rom ilustrativo.

TEMA: *“Sessão Pipoca”*

RESPONSÁVEL: Profª Drª Izabel Cristina Augusto de Souza Faria

PARTICIPANTES: alunos dos Cursos de Letras, Pedagogia e Ciências, com habilitação em Matemática.

INÍCIO: 2006/II

TÉRMINO: 2008/II

DESCRIÇÃO: a natureza do projeto busca estimular a reflexão e o debate acerca da atualidade e seus matizes sócio-culturais, de modo que a criança e o jovem, receptores das obras selecionadas e das propostas de atividades, possam traçar a marca identitária de si mesmo a partir tanto de seu grupo social quanto do Sistema social.

o projeto visa, portanto, ser um instrumento de permuta entre culturas distintas gerando novos conhecimentos, novos olhares e novas mentalidades a darem uma nova consistência ao indivíduo-cidadão. Sem dúvida, por ser um projeto de cunho pedagógico e artístico, estão envolvidos os sentidos de formação e de refinamento, pois diante da tela e diante do texto, o leitor do visual e do ortográfico, sensibilizado, será capaz de tecer a sua própria trama narrativa, tanto quanto interferir na que se descortina diariamente diante de seus olhos, a despeito de sua vontade: a trama indomável da História.

2) CAMPO DE CONFLUÊNCIA:

LÍNGUA, LINGUAGEM, SOCIEDADE, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO.

DESCRIÇÃO: o campo procura analisar a percepção do falante em relação à diversidade do léxico e da semântica. Objetiva não só a avaliação do entendimento e uso da língua em situações pré-determinadas, uma vez que a língua vive em perpétua formação, sendo obra de quantos a falam como língua natural, como também o uso de computadores para realizar tarefas envolvendo a linguagem.

LINHA 1:

ESTUDOS DE LINGUAGEM E ENSINO DA LÍNGUA

RESPONSÁVEIS: Prof^a Dr^a Aileda de Mattos Oliveira

Prof^a Ms Cristina Alves de Brito

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Letras e demais Coordenações

INÍCIO: 2003/II

DESCRIÇÃO: a língua exprime idéias, é um sistema de ações e o meio pelo qual a sociedade expressa o mundo a sua volta, enfim é a utilização social da linguagem. Assim, sabe-se que é criação da sociedade e, portanto, não é imutável, ao contrário, vive em constante evolução, paralela à do organismo social. Dessa forma, a proposta é elaborar um *corpus* objetivando contatar o emprego e conhecimento por parte do falante do léxico em diversas ocasiões.

TEMA: “*Questões Morfológicas*”

RESPONSÁVEIS: Prof^a Dr^a Aileda de Mattos Oliveira

Prof^a Ms Cristina Alves de Brito

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Letras e das demais Coordenações

INÍCIO: 2003/II

TÉRMINO: 2007/II (previsto)

Obs.: atualmente, o projeto está sob a responsabilidade da Prof^a Ms Cristina Alves de Brito, uma vez que Prof^a Dr^a Aileda Mattos de Oliveira não mais se encontra participando e colaborando com a pesquisa proposta.

DESCRIÇÃO: o projeto propõe levantar e verificar a visão do falante de Língua Portuguesa em relação a modalidades: léxico e semântica. Cotejar os resultados com conceitos já existentes na língua, observando se o *corpus* recolhido apresenta variações, apontando mudanças quer na concepção de conceitos consagrados na língua, quer no uso lingüístico.

Tencionando, ainda, direcionar os esforços para a realização de ações que possibilitem o enriquecimento do alunado, ao mesmo tempo em que articulam relações com a comunidade local, a Coordenação Acadêmica do Curso de Letras formulou o seguinte quadro, em que podem ser mapeadas as principais ações empreendidas e a serem desenvolvidas (a partir de 2005) pela equipe do Curso de Letras, com o apoio da Direção Geral.

3.2.2 CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TEMA: “*Auditoria do balanço social*”

RESPONSÁVEL: Prof. Ms Francisco José de Araújo

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Ciências Contábeis

INÍCIO: 2001

TÉRMINO: 2003

TEMA: “*Mensuração social nas empresas*”

RESPONSÁVEL: Prof. Ms Francisco José de Araújo

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Ciências Contábeis

INÍCIO: 2001

TÉRMINO: 2003

DESCRIÇÃO: aspectos ligados à mensuração social de uma empresa ,Discute modelos que podem ser utilizados para mensurar-se o lado social e humano de uma entidade.

TEMA: NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO

RESPONSÁVEL: Profª Ms Elcy Doglima Steckel

PARTICIPANTES: alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Administração Geral

INÍCIO: 2005 / I

TEMA

ERP - Sistemas de Gestão Empresarial.

CRM - Gestão de relacionamentos com clientes.

BSC - Balance Scorecard. Outras novas ferramentas de gestão.

3.2.3 CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TEMA: MICROCRÉDITO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESPONSÁVEL: Prof. Ms Francisco M.G.B. do Nascimento

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Ciências Econômicas

INÍCIO: 2001 / II

DESCRIÇÃO: conhecimentos sistematizados e informações relevantes que impactem direta e indiretamente na gestão e no apoio institucional às micro, pequena e médias empresas. A estratégia de atuação está baseada nos seguintes pilares: integração da comunidade acadêmica com o universo dos pequenos negócios; interação dos discentes da graduação e pós-graduação.

3.2.4 ADMINISTRAÇÃO GERAL

RESPONSÁVEL: Prof. Ms Cláudio Henrique da Silveira Barbedo

INÍCIO: 2005 / I

PARTICIPANTES: alunos do curso

LINHA GESTÃO E ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO

DESCRIÇÃO: esta linha de pesquisa tem como objetivo articular o ensino com a prática profissional. Seu intuito é ampliar os conhecimentos sobre estratégia de negócios através do desenvolvimento e implementação de metodologias/técnicas e processos empresariais que sejam compatíveis com a realidade do mercado e com os atuais cenários competitivos.

Temas Propostos:

ESTRATÉGIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

Conceitos fundamentais em estratégia: o que é estratégia; quais as condições necessárias para se desenvolver a estratégia; quais as questões-chave em estratégia. Modelos de gestão. Processos de planejamento.

GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS

Evolução do conceito de logística integrada. Definição e componentes do sistema logístico. Estratégias logísticas. Serviços ao cliente. Previsão e gerência de pedidos. Estratégia de transporte. Gerenciamento de estoques.

NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO (JUNTO COM O CURSO DE CONTABILIDADE)

ERP - Sistemas de Gestão Empresarial.

CRM - Gestão de relacionamentos com clientes.

BSC - Balance Scorecard. Outras novas ferramentas de gestão.

3.2.4 TURISMO

RESPONSÁVEL: Prof^a Ms Maria Amália Silva Alves de Oliveira

INÍCIO: 2004 / II

PARTICIPANTES: alunos estagiários do curso

DESCRIÇÃO: o Projeto surgiu da necessidade exposta pelos alunos em contribuir de alguma forma para a revitalização da Zona da Leopoldina Carioca, utilizando para tal o instrumental fornecido pela atividade turística. Ao iniciarmos o Projeto, tivemos em mente a possibilidade que o Turismo enquanto agente de mudanças sociais seria capaz de favorecer a Região.

3.3. EXTENSÃO

A extensão refere-se à aproximação da Faculdade com a sociedade, com a realidade. É através da prestação de serviços, cursos e intervenção em problemas emergentes da comunidade que será possível enraizar esta Instituição de Ensino Superior na realidade concreta, para que possa criticamente identificar e estudar seus verdadeiros e significativos problemas e desafios. Para Saviani (1987), *“a extensão terá maior chance de se realizar na medida em que o ensino e a pesquisa se vinculam, cada vez mais, às necessidades da sociedade em que a universidade se insere”*.

Os Projetos de Extensão tornam possíveis e habituais trabalhar, refletir a realidade histórico-geográfica nos seus níveis social, político, econômico e cultural, desde a esfera mais próxima, o município, a micro-região, o Estado, a região e o País, até as esferas mais remotas, o continente latino-americano e o mundo de modo geral. A preocupação, nesta dimensão, é dinamizar um corpo responsável por indagar, questionar, investigar, debater, discernir, propor caminhos de soluções, avaliar, na medida em que exercita as funções de criação, conservação e transmissão da cultura.

Dessa forma, cria-se um inter-relacionamento entre a sociedade e a Faculdade, dois pólos empenhados em edificar a reflexão crítica, tendo-se, de um lado professor e alunos

universitários, sujeitos de criação, coordenação, proposição de estudos, questionamentos e debates; de outro, a comunidade acompanhando e refletindo a situação problema, compreendendo-a, dentro dos postulados científicos. A extensão está organizada em um eixo temático de interesse de cada um dos cursos.

3.3.1 CIÊNCIAS – HABILITAÇÃO MATEMÁTICA

TEMA: *“Ensino de Matemática na Educação Básica”*

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Gladson Otaviano Antunes

PARTICIPANTES: comunidade do entorno da Faculdade Gama e Souza

INÍCIO: 2005 / I

DESCRIÇÃO: programa de atendimento à comunidade, com a finalidade de implementar aulas de reforço a alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e alunos da 1ª série do Ensino Médio.

TEMA: “Matemática Zero”

RESPONSÁVEL: Prof. Dr. Gladson Otaviano Antunes

PARTICIPANTES: alunos da Faculdade

INÍCIO: 2005 / I

DESCRIÇÃO: programa de nivelamento destinado a alunos da IES não só de Matemática mas também dos demais cursos com o objetivo de viabilizar uma revisão de conceitos básicos da Matemática.

TEMA: Ensino da Língua Portuguesa na Educação Básica

RESPONSÁVEL: Profª. Ms Cristina Alves de Brito e Profª Espec. Nanci de Paiva Nuro

PARTICIPANTES: alunos do Curso de Letras da FGS

PÚBLICO-ALVO: alunos das Unidades Educacionais Gama e Souza

INÍCIO: 2005/II

DESCRIÇÃO: programa de atendimento à comunidade, com a finalidade de implementar aulas de reforço a alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e alunos da 1ª série do Ensino Médio.

OBSERVAÇÃO: inicialmente o programa atende aos alunos das UEGS, pois se deseja mensurar o desenvolvimento do grupo de alunos envolvidos. A proposta seguinte é que a partir de 2006/I o programa possa ser estendido a alunos pertencentes às demais unidades educacionais da região.

3.3.2 LETRAS

TEMA: A LITERATURA INFANTO-JUVENIL

RESPONSÁVEL: Profª Drª Izabel Cristina Augusto de Souza Faria

PARTICIPANTES: alunos do curso de Letras, Normal Superior e Pedagogia

INÍCIO: 2006 /II (previsão)

DESCRIÇÃO: as origens dos contos de fada e seus desdobramentos ao longo da história até a moderna literatura infanto-juvenil.

- 1) 2006 - Heranças medievais na literatura infanto-juvenil.
- 2) 2007 - Os contos de fadas, os contos populares e suas atualizações na literatura infanto-juvenil.
- 3) 2008 - Fábulas e exemplaridades na literatura infanto-juvenil.
- 4) 2009 - A “morte” e o “diabo enganado” na literatura infanto-juvenil: desmitificando tabus.
- 5) 2010 - A moderna literatura infanto-juvenil em língua portuguesa; obras, autores e características.

4. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Desenvolvemos o processo de avaliação da aprendizagem com a proposta de avaliação institucional – como de cunho formativo objetivando orientar o processo de ensino,

considerando os múltiplos aspectos da aprendizagem (cognitivo, afetivo e social) e das interações no interior do sistema educativo.

Em uma perspectiva mais restrita, a avaliação formativa cumpre as seguintes funções:

1. recolher informações nos objetivos, utilizando instrumentos válidos e preciosos;
2. interpretar as informações recolhidas com base em critérios pré-estabelecidos, indicando os objetivos atingidos e os não atingidos;
3. planejar atividades de recuperação para os alunos que não alcançaram os critérios estabelecidos.⁶

Na perspectiva mais ampla, a avaliação formativa busca compreender o funcionamento cognitivo do aluno em face da tarefa proposta. Neste sentido, o trabalho pedagógico terá como finalidade auxiliar o aluno na descoberta do processo que se utiliza para chegar a determinados resultados e, a partir daí, desenvolver hábitos de estudos e comprometer-se na construção de uma estratégia mais adequada para sua aprendizagem. Em outras palavras: auxiliar o aluno a “aprender a aprender”. Desta forma, a avaliação será contínua, visando uma regulação interativa em que todas as relações professor-aluno serão avaliações que permitam adequações do ensino e da aprendizagem.

5. EXPRESSÕES DA QUALIDADE DE ENSINO

5.1 A qualidade expressa na Lei e em documentos oficiais

Na Constituição Federal de 1988, são observados vários indicativos relativos a preocupação com a qualidade de ensino:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:...

III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

[...]

VI – gestão democrática do ensino público na forma da lei;

VII - **garantia de padrão de qualidade.**”

⁶ DEPRESBITERES, Lea. Avaliação da Aprendizagem – revendo conceitos e posições. IN: SOUZA, Clariza Prado de. Avaliação do rendimento escolar. Campinas: Papirus, 1993. p 66-67

“Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e **avaliação de qualidade** pelo poder público [Os grifos são nossos].

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N.º 9.394 de 1996, também são apontadas preocupações qualitativas:

“Art. 46 [...]

§4.º. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação **nos mesmos padrões de qualidade** mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária”. [Os grifos são nossos].

Embora o “padrão de qualidade” não esteja explícito em artigos da Carta Maior ou da LDB, percebem-se indícios nas finalidades apontadas para a educação superior:

“ Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.⁷

A descentralização promovida pela LDB n.º. 9.394/96 e as demandas pelo estabelecimento de centros de excelência requereram de cada instituição de ensino superior a estruturação de planos e projetos de gestão próprios, baseados nos preceitos legais e nas Diretrizes Curriculares de cada curso. Vale acentuar que as Diretrizes, embora com as devidas especificidades, fazem coro geral com algumas características: contextualização de conteúdos; necessidade de articulação teoria–prática em todo o currículo do curso; práticas educativas vinculadas às necessidades da coletividade; currículo voltado aos problemas regionais e locais, sem perder de vista as questões globais; articulação de ensino, pesquisa e extensão, entre outros.

Estas competências e habilidades postas para o educando, requerem o redimensionamento das ações e processos no âmbito das IES. Já que para oferecer condições à apropriação crítica, inovadora e à construção de novos saberes, a Instituição

⁷ BRASIL. **Lei n. 9394**, de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal. Secretaria de Editoração e Publicações, 1997.

deve prever processos educativos e mentores capazes de desencadear o estímulo ao desenvolvimento de tais capacidades.

O perfil profissiográfico instituído por Comissões de especialistas de cada área, a partir de subsídios de instituições de todo o país, oferece às IES, indicadores claros do patamar desejável de formação profissional, mas obviamente não especifica os caminhos para alcançar a formação destas competências. Estes caminhos serão constituídos pelas IES, com base em suas opções teórico-metodológicas e nas possibilidades técnico-financeiras. O Relatório realizado para a UNESCO, endossa os indicadores de qualidade e os aspectos aqui apontados pela Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI⁸, que se coadunam com as finalidades acima indicadas.

O redimensionamento dos processos educativos pode ser visualizado mediante os quatro pilares apontados para a educação: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser. Os aspectos afetivos, éticos, relativos à sociabilidade, antes tão distantes do ensino, centrado exclusivamente no “aprender o conteúdo”, ganham força, na medida em que o mundo do trabalho passa a requerer profissionais mais dinâmicos, capazes de rápida adaptação em um mundo em constantes conflitos e transformações, mas dotados de sensibilidade, solidariedade, ética e visão global de ações e processos.

Neste mesmo Relatório da Comissão Internacional sobre Educação, atrela-se o ensino superior à evolução do mercado de trabalho, mostrando-se a elevação do patamar de qualificação geral, dada pela mecanização de tarefas do processo produtivo e aumento de vagas nas ações de supervisão, enquadramento e organização.

“Em matéria de qualificação as exigências são cada vez maiores. Na indústria e na agricultura a pressão das modernas tecnologias dá vantagens aos que são capazes de as compreender e dominar. Os empregadores exigem cada vez mais ao seu pessoal a capacidade de resolver novos problemas e de tomar iniciativas. Quanto ao setor dos serviços que, desde longa data, vem ocupando um lugar predominante nos países industrializados, ele requer muitas vezes uma cultura geral e um conhecimento das possibilidades oferecidas pelo meio humano

⁸ DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 1999.

envolvente que colocam novas exigências à educação.”⁹

A Comissão alerta sobre as dificuldades das universidades acompanharem estas exigências, pontuando a concorrência entre ensino e pesquisa e a fragmentação do saber decorrente dos currículos organizados por disciplinas. Mostra que as universidades com melhores desempenhos são as que conseguiram transcender os limites das disciplinas e dar enfoque pluridimensional, articulando ensino e pesquisa. Para além das necessidades do mercado de trabalho, estabelece a universidade como lugar de cultura – entendida como “todos os domínios do espírito e da imaginação, das ciências mais exatas à poesia”¹⁰ – que deve matar a sede de saber das pessoas e ser um conservatório vivo do patrimônio da humanidade, captando suas transformações e aprimoramentos contínuos. Acentua a necessidade de serem universidades **abertas a todos**, oferecendo a possibilidade de **aprender à distância** e em vários momentos da vida. Enfatiza a importância de se reconhecer a missão da universidade e sua participação em debates relativos a concepções e processos de transformação da sociedade. Nesse mesmo sentido, aponta o papel do ensino superior e essencialmente da pesquisa, no intercâmbio de idéias entre países, ressaltando a necessidade de se romper com a centralização da produção do conhecimento nos países da União Europeia e da OCDE, para evitar o recrudescimento das desigualdades sociais, desenvolvendo sistemas eficazes de cooperação Norte-Sul.

A Comissão considera, assim, como função da universidade a **luta contra o insucesso escolar**, observando que apesar de atingir todas as camadas socioeconômicas da população mundial, o insucesso tem conseqüências mais agudas nos jovens provindos de meios desfavorecidos. Em razão do quê, a Comissão defende o estabelecimento de planos especiais de atendimento aos mesmos, que devem abranger formas eficientes de diagnóstico e utilização de métodos pedagógicos especiais que respeitem a diversidade de necessidades sem, contudo, gerar formas discriminatórias. A compreensão de ritmos diferentes, aos menos adaptados ao processo escolar e as possibilidades de alternância entre escola e empresa, podem amenizar a evasão e reduzir a baixa qualificação de trabalhadores. Também recomenda ações para a reinserção e recuperação de jovens que chegam ao mercado de trabalho sem as qualificações necessárias. Cita exemplo das

⁹ DELORS, Jacques. Op. cit. p 143.

¹⁰ DELORS, Jacques. Op. cit. p 144.

Accelerated Schools ou “escolas intensivas” nos Estados Unidos, que procuram vencer o insucesso de alunos com ensino intensivo:

“O princípio das escolas intensivas assenta-se na convicção de que se pode conseguir que todos os alunos da mesma faixa etária alcancem o mesmo nível de sucesso escolar no fim de sua escolaridade. Isto implica que os alunos em situação de insucesso tenham de trabalhar a um ritmo mais acelerado do que os alunos de meios privilegiados. Trata-se de oferecer a alunos com dificuldades escolas de excelência”.¹¹

A Comissão acentua, por fim, ser indispensável um **reexame profundo dos processos de certificação**, por parte das empresas e universidades, levando-se em conta as competências adquiridas após a educação inicial, de modo a contemplar a experiência adquirida também através do trabalho.

Também como insumo para a avaliação institucional deve-se tomar os quesitos solicitados na Avaliação das Condições de Oferta, de Credenciamento e Recredenciamento das IES e as competências requeridas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

A avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação, instituída a partir de 1999, é uma ação da Secretaria de Educação Superior com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, nos termos do art. 9º da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. A medida surge na esteira das críticas proferidas à forma unilateral de avaliação proposta inicialmente através do Provão. Quanto à avaliação das condições de oferta de cursos, no que se refere à qualificação docente, à organização didático-pedagógica, às instalações físicas em geral e as especiais (laboratórios, equipamentos e biblioteca), observa-se,

¹¹ DELORS, Jacques. Op. cit. p 148.

embora guardadas as peculiaridades de cada área, que os especialistas têm tomado como favoráveis às ações educativas interdisciplinares, multiprofissionais, voltadas à articulação teoria-prática e à preparação de profissionais mais flexíveis, criativos e dinâmicos, conectados com as novidades tecnológicas e científicas, mas ancorados na cidadania, na aceitação da diversidade e na minimização das desigualdades sociais, enfim, ações que busquem a formação integral dos indivíduos.

A análise que se faz necessária é a trajetória no processo de avaliação institucional desencadeado nas Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente nas privadas. É necessário neste momento que cada IES analise a evolução dos resultados das avaliações externas em sua dinâmica interna e repensem os pontos que obtiveram avaliação negativa. Tal movimento também está sendo proposto para a FGS na consolidação de seu programa de Avaliação Institucional.

A Faculdade Gama e Souza entende que a Auto-avaliação Institucional somente faz sentido quando possui por escopo a melhoria das atividades acadêmicas, administrativas e sociais bem como o desenvolvimento dos sujeitos avaliados. Por meio dos seus processos e resultados, a Auto-avaliação Institucional deve servir como mecanismo de identificação da causalidade e consequência dos problemas que afligem a realização das atividades institucionais.

A Auto-avaliação Institucional deve gerar conhecimento capaz de apoiar o planejamento e o controle institucional, e, portanto, deve ser concebida por meio do envolvimento de toda a comunidade acadêmica. É com essa visão que a Faculdade Gama e Souza apresenta à CONAES / Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior sua Proposta de Auto-avaliação Institucional de acordo com as Diretrizes para Auto-avaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro de Auto-avaliação das Instituições. (Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, a Portaria MEC 2.051 de 09 de julho de 2004).¹²

6. AS FORMAS DE GESTÃO

¹² Cf. Proposta de Projeto de Avaliação Institucional em anexo.

A opção pelo estilo de gestão da instituição é decisiva para a definição do modelo de avaliação institucional. Hutmacher¹³, ao refletir sobre as organizações escolares contemporâneas, comenta que os sistemas de ensino estão modificando seu modo de regulação, passando de um **controle baseado na conformidade com as regras e as diretivas impostas pela hierarquia** para um **controle baseado na conformidade com os objetivos e as finalidades da ação**. Ou seja, sistemas mais abertos, cooperativos e democráticos, em que o poder político-administrativo indica as finalidades e objetivos a serem atingidos e define um orçamento global do estabelecimento, sem determinar as ações. Os profissionais então, encontram liberdade de ação para definir os meios, as modalidades, as técnicas mais adequadas ao alcance dos objetivos. O controle ocorre através da avaliação posterior ao desencadeamento do processo que mede a distância entre resultados e objetivos. Tais mudanças, segundo o autor, trazem ainda desconfortos e dúvidas, tais como: Quais os limites adequados para a definição de objetivos de modo que não causem constrangimentos nem deixem margens excessivas à interpretação? O que um estabelecimento de ensino tem a ganhar com objetivos previamente fixados?

Hutmacher¹⁴ acrescenta que a descentralização não é suficiente para garantir prestações escolares de qualidade superior e toma como referência as experiências de sistemas amplamente descentralizados como os da Suíça e Inglaterra. O aspecto determinante é o uso que se faz da autonomia na constituição das relações escolares:

“E esse uso depende nomeadamente, da maneira como se pensa o estabelecimento de ensino, o seu lugar no sistema educativo, o seu modo de organização interna, a organização do trabalho, a partilha das tarefas e das responsabilidades, a atribuição dos recursos humanos e materiais, as estratégias de avaliação e as formas de regulação das relações de trabalho.”¹⁵

¹³ HUTMACHER, Walo. Uma viragem no sentido da qualidade: as práticas escolares revisitadas. NÓVOA, Antonio (Coord.). As organizações escolares em análise. Trad. Cândida Hespanha et al. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p 56.

¹⁴ HUTMACHER, Walo. Op. cit., p 57.

¹⁵ Id. Ibidem.

Observa ainda, que as escolas são estabelecimentos de caráter especial, pois são e não são semelhantes às demais organizações no mercado de trabalho. Assemelham-se a elas na medida em que se constituem um coletivo de trabalho, uma entidade social de produção orientada para o cumprimento de determinadas finalidades, para o quê requerem a coordenação entre pessoas e a divisão do trabalho. E difere das outras organizações na medida em que cuidam de seres humanos, realizando no processo educativo, ações com fortes implicações ideológicas e políticas.

A forma de gestão destes “coletivos humanos coordenados, orientados para uma finalidade, controlados e atravessados pelas relações de poder”, requer preocupações outras, pois incide na formação inicial e continuada de habilidades, conhecimentos e atitudes das pessoas, que irão embasar suas trajetórias pessoais e profissionais e, em grande escala, a trajetória dos grupamentos humanos. As escolas trabalham com uma “matéria prima” essencial para o desenvolvimento das sociedades e **a forma** como constituem seus processos, mais do que os discursos que venham a fazer sobre eles, é profundamente captada por seus atores (professores, alunos, pessoal de apoio etc.) que não raro a tomam como modelo – referência positiva ou negativa – do que querem para si e para os membros de sua coletividade. Desta forma, quanto mais democrática for a gestão, mais democráticos serão os indivíduos egressos e pertencentes àquela instituição educativa.

Sobre a gestão democrática valem algumas ressalvas, já que não se pode confundir-la com uma gestão “livre”, em que não há rumos definidos, não há controle de processos, não há hierarquias a serem respeitadas. A gestão democrática implica divisão de responsabilidades, para o alcance de objetivos comuns, a partir de meios monitorados por processos avaliativos e passíveis de aprimoramentos contínuos. Requer respeito às hierarquias – patamares da divisão do trabalho com graus e modalidades de tarefas e responsabilidades crescentes –, e igualmente, respeito às possibilidades de participação e discussão de objetivos e ações entre os membros da equipe.

O modelo democrático não pode abrigar apenas as decisões consensuais do grupo, ou as definições da maioria, mas, também, compatibilizar a filosofia da instituição, com as necessidades da coletividade imediata a quem presta serviços e da sociedade, a quem deve prestar contas sobre os profissionais que habilita para a inserção no mercado e no mundo do trabalho.

As gestões democráticas opõem-se aos modelos baseados na burocracia, em que vale apenas a crença de que é necessário respeitar regras e procedimentos pré-fixados, por patamares hierarquicamente superiores, mesmo que sejam contraproducentes, gerem dispêndio de tempo, recursos humanos e materiais. Estes modelos encontram barreiras no

próprio mercado de trabalho, pois perdem espaço para grupos mais afinados a partir de objetivos e filosofias comuns.

Kuenzer¹⁶ discute as modificações nos sistemas de gestão escolares fazendo uma retrospectiva a partir dos condicionantes socioeconômicos e políticos. A autora afirma que a base técnica de produção fordista, hegemônica até o final dos anos 60, vai sendo substituída por um novo paradigma tecnológico apoiado na microeletrônica, baseado na flexibilidade e que se intensifica a partir da internacionalização da economia. As novas bases materiais de produção não superam a divisão social e técnica do trabalho, mas apresentam novas características:

*“...a partir da intensificação de práticas transnacionais na economia com seus padrões de produção e consumo, nas formas de comunicação com suas redes interplanetárias, no acesso às informações, na uniformização e integração de hábitos comuns e assim por diante. A sociedade nesta etapa apresenta novos paradigmas econômicos e socioculturais, marcados pela incorporação de culturas dominadas às culturas hegemônicas. Novos temas passam a fazer parte da agenda internacional, como a pobreza, as questões ambientais e raciais, a segurança coletiva, em que pese a exclusão reproduzir-se permanentemente, posto que a lógica dominante é a racionalidade econômica”.*¹⁷

Em decorrência das mudanças globais, os princípios educativos e o projeto pedagógico também sofrem alterações, pela necessidade de formar profissionais/cidadãos com as competências necessárias a este momento histórico. A autora alerta, porém, que a elevação do patamar de competências, através da formação escolar, continua a ser minado pela desigualdade, havendo contingentes com alto patamar de qualificação contraposto a maioria com qualificação precária, ou mesmo, sem as qualificações mínimas para operarem no mercado – o que gera uma nova massa de excluídos.

Kuenzer assinala que a pedagogia decorrente do modelo fordista / taylorista separa as ações manuais das intelectuais a partir das diferenças de classes que determinam as funções a serem exercidas por dirigentes de um lado e proletários de outro. As bases deste modelo são as fábricas, que concentram grande número de trabalhadores, organizados em uma estrutura verticalizada, abrangendo níveis operacionais intermediários (de supervisão) e

¹⁶ KUENZER, Acácia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, Naura S. C. (Org.) **Gestão Democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

¹⁷ KUENZER, Acácia Zeneida. Op. Cit. p 34.

de planejamento e gestão, que objetivam produzir em massa produtos homogêneos. A gestão/planejamento é separada da produção, mediada pelos supervisores (profissionais da administração de recursos humanos) que gerenciam pessoas, por meio dos princípios da administração científica e comportamentalista, que fazem uso de categorias como liderança, motivação, satisfação no trabalho para obter a adesão de trabalhadores ao projeto empresarial.

As pedagogias decorrentes deste modelo, fundadas na separação entre pensamento e ação, são conservadoras e reducionistas, privilegiando ora conteúdos, ora técnicas, ora atividades, sem permitir integração entre conteúdos e métodos, de modo a permitir o domínio intelectual das práticas sociais produtivas.

As novas formas de trabalho requerem mudanças nos processos de gestão da escola-*locus* da formação inicial e boa parte da formação continuada dos trabalhadores – como reflexo das alterações nas empresas, que estão operando com maior descentralização e alterando as táticas de controle, para aumentar a produtividade e os lucros. As táticas de controle externo ao trabalhador (supervisores/inspetores) – preconizadas pelo modelo fordista/taylorista – são substituídas por formas internalizadas, como a auto-avaliação que permite ao mesmo acompanhar sua atuação e intervir para sua melhoria, visando racionalizar ainda mais o processo. A atuação individual é substituída pela produção coletiva, mediada pelas máquinas. Há o resgate da visão global do processo produtivo, melhorando a qualidade, aumenta-se a produtividade e diminuem-se os custos de produção, mas também os postos de trabalho.

A pesquisa realizada por Kuenzer¹⁸ indica que o trabalho coletivo, ao contrário do que era esperado, não tem despertado solidariedade, mas individualismo possessivo e novas formas de pressão interna entre trabalhadores, objetivando a melhoria do trabalho e não das relações humanas, ou da constituição de uma organização do trabalhador que lute contra a exclusão e a desigualdade.

Kuenzer situa o conflito entre a função educativa da escola e as determinações do campo de trabalho, mostrando que a qualificação é privilegiada nos países desenvolvidos, o que não ocorre nos países do terceiro mundo, onde os investimentos em educação por parte do poder público são insuficientes, centrados no ensino básico e na lógica do retorno financeiro.

A desobrigação do Estado lança à iniciativa privada o papel de realizar a formação inicial e continuada de uma gama cada vez maior de profissionais, o que acirra as

¹⁸ Kuenzer, Acácia Zeneida. Op. Cit., p 52.

desigualdades, já que é um ensino de livre iniciativa, mas não ao alcance de todos. E, ao mesmo tempo, estabelece para as instituições de ensino superior particulares, uma responsabilidade incomensurável, pois que por conta da inversão no processo de acesso ao ensino superior, os alunos de maior poder aquisitivo e condições competitivas inserem-se no ensino público e os de menor poder aquisitivo e menores condições competitivas e pré-requisitos, no ensino particular, em geral noturno, trazendo um patamar absolutamente desigual das condições de entrada. Também são desiguais as condições de financiamento e auxílio dos órgãos oficiais entre ensino público e particular, para a produção de pesquisas e publicações, o que permite a lógica de centros de qualidade, que integram o tripé da universidade e centros apenas de ensino, mas que são avaliados pelos órgãos públicos e comunidade acadêmica com os mesmos critérios e padrões dos centros de qualidade.

Essa diferenciação pune sempre a maioria dos educandos que mais precisariam dos centros de excelência, e incita as instituições que abrigam essa população a se constituírem enquanto tal, mas sem os subsídios públicos e com os limites e necessidades de auto-sustentabilidade postos para as empresas de iniciativa privada. O desafio para gestão das instituições escolares particulares é, portanto, muito complexo e delicado, pois ainda mediado pela relação educando-cliente, dada a natureza especial do produto e tipo de prestação de serviços oferecidos.

As formas contemporâneas de gestão, menos centralizadoras e mais voltadas para a responsabilização coletiva sobre produtos e processos, tendem a oferecer caminhos mais adequados e positivos para guiar este desafio. A FGS, embora com uma trajetória muito recente, apresenta uma gestão democrática, participativa e profissionalizada. Objetivando atender a essa demanda social, a FGS criou o programa “Responsabilidade Social”, em que oferece bolsas de estudos – com diversos percentuais – para alunos carentes. Tal programa tem como histórico e força motora as transformações por que passa o Ocidente Cristão e suas reentrâncias culturais.

7. RESPONSABILIDADE SOCIAL

7.1 BREVE HISTÓRICO

A civilização do Ocidente cristão desenvolveu, ao longo dos séculos, a capacidade de promover alteridades sociais sem provocar a ruptura magna com o Sistema. Isso significa que do século IV — quando Justiniano reconhece o cristianismo como uma das religiões do Estado Romano — até hoje, início do século XXI, o nosso Sistema, ao promover mudanças provoca, sim, atualizações de juízos e valores já enraizados em nosso inconsciente coletivo. Assim, podemos considerar que o conjunto de ações nomeado “*Responsabilidade Social*” é uma atualização das diversas demandas sociais implementadas por diversos estados, nos vários séculos, sempre objetivando atender à necessidade basilar de promoção da harmonia entre as diversas camadas / classes sociais.

Isso é o que podemos depreender quando nos debruçamos sobre o étimo da palavra e vemos que em seu sentido estrito, “*responsabilidade*”, está associada a um conceito político que, a partir do século XIX, ganha uma dimensão jurídica na medida em que é tornada “*obrigação*”, seja do Estado ou do indivíduo, para reparação de dano a outrem. Tal acepção, no entanto, como não garante o reconhecimento dos direitos dos menos favorecidos na circulação pela estrutura social, passa a compreender uma série de dispositivos que integram a chamada responsabilidade civil: de um lado, a necessidade de se reconhecer as perdas e danos e promover a justiça, por meio de ações reparatórias; por outro, reconhecer moralmente a “*falta*” de acesso às instâncias mais elitizadas da pirâmide social.

A princípio tais articulações parecem harmonizar as demandas sociais satisfazendo as classes e categorias com o implemento de ações de solidariedade e reconhecimento jurídico de perdas e danos. Com o avanço do processo de industrialização ao longo dos séculos, XIX e XX, entretanto, essa harmonia sofre uma ruptura porque a solidariedade é um gesto caritativo, sem resposta e sem garantia no âmbito jurídico. Além disso, o volume de acidentes e perdas acumulados nas indústrias, atingindo diretamente operários e, indiretamente, a comunidade em seu entorno, não são eliminados por qualquer ação jurídica, pois a mentalidade empresarial ainda percebe o funcionário como uma peça a mais de sua indústria e o processo indenizatório, quando ocorre, não soluciona as urgências sociais de indivíduos e grupos.

A leitura crítica acerca da realidade mundial, então, após a Segunda Guerra Mundial, proporciona, ao longo dos anos seguintes, uma re-visão dos juízos e valores que sedimentam a mentalidade das classes que ocupam o meio e o topo da pirâmide social. De um lado as elites herdeiras de linhagens sangüíneas tradicionais e, de outro, a

burguesia oferecendo o domínio quase pleno dos setores de produção. Timidamente as ações de solidariedade implementadas por essas classes vão adquirindo contornos mais precisos e mais voltados para o reparo social junto às classes menos favorecidas, que, no fim, são as mãos executoras do progresso.

O início, então, de uma nova demanda social passa a fazer parte da agenda mínima dos diversos setores empresariais. Com isso objetiva-se a eliminação, a longo prazo, das diferenças sociais e, por conseguinte, dos conflitos gerados a partir dessas diferenças. Se há, ainda, a valorização da implementação de associações e fundações para atender aos interesses de ordem social, o setor privado empresarial vislumbra que em sua própria estrutura corporativa pode caber mais um segmento, não voltado para a ação gratuitamente solidária, mas para as responsabilmente solidárias. A diferença entre o gratuito e o responsável está nos objetivos e nos mecanismos de agenciamento dos objetos e dos seres envolvidos. Enquanto o gratuito tende a suprir a falta sem, necessariamente, proporcionar a oportunidade de futuro, o responsável não somente supre a falta, como, principalmente, objetiva proporcionar oportunidades que possam promover alteridades na base através da interferência do indivíduo sobre o seu meio.

A isso podemos chamar de metamorfose social, pois o indivíduo beneficiado por programas de *Responsabilidade Social* consegue não só a sua ascensão financeira, mas, sobretudo, social, pois o conhecimento é seu passaporte para transitar entre as camadas sem sofrer processo, direto ou indireto, de exclusão.

Os cenários econômicos apontam, hoje, para a necessidade de se focar interesses sobre a formação profissional e cultural do indivíduo, para dele extrair não mais a reprodução dos bens de consumo e, sim, a produção de idéias que gerem cada vez mais bens de consumo melhores e, portanto, mais incisivos na disputa pelo mercado internacional. Para tanto, os setores de produção investem na qualificação de seus funcionários, instalando cursos de formação profissional, creches, atividades lúdicas e clubes privados, por exemplo. Se isto se dá no âmbito da empresa convencional, podemos nos perguntar em como um programa desse porte pode estar presente no setor educacional. Afinal, não seria vocação natural dos segmentos educacionais a geração informal do que compreendemos como "*Responsabilidade Social*"?

7.2 FACULDADE GAMA E SOUZA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

A FGS pauta sua dinâmica em quatro pontos nucleares que caracterizam a “*Responsabilidade Social*”:

- 1º) pluralidade ¹⁹
- 2º) distribuição ²⁰
- 3º) sustentabilidade ²¹ e
- 4º) transparência ²².

Estes pontos, ao sustentarem a ação “*Responsabilidade Social*”, promovem a contextualização das transformações sócio-econômicas sofridas pela sociedade brasileira desde os anos 70 a contextualização, até hoje, está mais focada para os ramos empresariais fora do âmbito educacional, pois é da natureza das instituições de ensino trazer embutida em seu projeto pedagógico a essência do que se entende por “*Responsabilidade Social*”.

É interessante, então, vermos o quanto as empresas têm buscado junto aos educadores das mais diversas áreas do conhecimento sustentação para seus projetos de Responsabilidade Social, investindo na sedimentação de um setor de RH eficiente porque atualizado nas demandas sociais dos diversos grupos que compõem nosso mosaico

¹⁹ - **Pluralidade:** as empresas não devem satisfações apenas a seus acionistas; muito pelo contrário, pois, agora, o mercado deve prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera. As empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em seus processos decisórios. Um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também significa maior legitimidade social.

²⁰ - **Distribuição:** a Responsabilidade Social nos negócios é um conceito que se aplica a toda cadeia produtiva. Não somente o produto final deve ser avaliado, por atores ambientais ou sociais, mas se o conceito é de interesse comum deve então ser difundido ao longo de todo e qualquer processo produtivo.

²¹ - **Sustentabilidade:** a Responsabilidade Social anda de mãos dadas com o conceito de desenvolvimento sustentável. Uma atitude responsável em relação ao ambiente e à sociedade não só garante a não escassez de recursos como também amplia o conceito de escala. O desenvolvimento sustentável não só se refere ao ambiente, mas por via do fortalecimento de parcerias duráveis, promove a imagem da empresa como um todo e, por fim, leva ao crescimento orientado. Uma postura sustentável é por natureza preventiva e, assim, por conseguinte, possibilita a prevenção de riscos futuros, como impactos ambientais ou processos judiciais.

²² - **Transparência:** a globalização traz consigo demandas por transparência, pois não bastam apenas os livros contábeis, uma vez que as empresas estão sendo gradualmente obrigadas a divulgar sua performance social e ambiental — os impactos de suas atividades e as medidas tomadas para prevenção e compensação de acidentes. Apesar de as empresas ainda não serem obrigadas a publicar relatórios anuais, onde seu desempenho é aferido nas mais diferentes modalidades possíveis, há uma previsão dos especialistas para o caráter compulsório desses relatórios sócio-ambientais; daí muitas empresas já o fazerem em caráter voluntário.

cultural, social e econômico. Ora, se os educadores são os responsáveis pelos implementos de Responsabilidade Social, isso significa que tal ação é composta por aspectos que envolvem as quatro ações básicas de todas as diretrizes educacionais:

- a) falar
- b) ouvir
- c) ler
- d) escrever

Sem dominar essas ações verbais, o homem não consegue ser um empreendedor, um dinamizador de sua própria vida e, assim, por consequência, não consegue se lançar no mundo do trabalho de modo que conquiste novos espaços e o tão desejado sucesso profissional. Daí, a FGS, pensando no debate que tudo isso tem gerado e qual a parte das Instituições de Ensino Superior, idealizou o seu *Programa de Responsabilidade Social*. Uma IES, como a Faculdade Gama e Souza, ao enveredar no campo da Responsabilidade Social, busca, através de sua vocação educacional, formar indivíduos dotados de competências e habilidades necessárias para sua inserção no mundo do trabalho, assim contribuindo tanto com a elaboração de um tecido social em que seus elementos sejam capazes de interagir com as variáveis externas — do mercado nacional e internacional —, quanto com a formação de capital intelectual ciente de suas responsabilidades com a coletividade.

Com este programa, então, a Faculdade Gama e Souza objetiva, primeiro, proporcionar o acesso de estudantes oriundos da base da pirâmide social ao ensino superior, promovendo, assim, a inclusão social — em especial de grupos marginalizados — utilizando, para tanto, o corte por gênero e etnia. Após esse primeiro processo de inserção, pretende-se, ainda, conscientizar docentes, discentes, colaboradores e a comunidade local acerca da importância da promoção da cidadania, incentivando os alunos beneficiados pelo programa, a oferecer uma contrapartida social através das Atividades de Extensão, dedicando parte de seu tempo a atividades desenvolvidas pelas Coordenações Acadêmicas:

- a) Empresa Júnior
- b) Alfabetização de Jovens e Adultos
- c) Nivelamento de Língua Portuguesa, Matemática e Informática
- d) Assessoria gratuita para o preenchimento da Declaração do Imposto de Renda e outras atividades com viés social incluídas empreendidas pela IES.

A materialização destes objetivos, através da inclusão social focada não somente no desenvolvimento econômico, como também no social, dar-se-á utilizando nossa principal matéria prima (acesso ao conhecimento e a sua transferência), através da concessão de bolsas de estudo — totais e parciais — em todos os cursos oferecidos pela FGS e dos programas de extensão ²³.

Desde sua implementação, em 2003, o *Programa de Responsabilidade Social* apresenta os seguintes resultados, evidenciados nos anexos:

- a) Bolsas de Estudo (por curso, em valores percentuais)
- b) Bolsas de Estudo (por curso, relação de alunos)
- c) Plano de Acompanhamento Discente
- d) Programa de Atividades de Extensão
- e) Mecanismos de Avaliação dos Programas de Apoio.

E foi pensando em ratificar a vocação do programa que a Faculdade Gama e Souza firmou termo de adesão ao Programa Universidade para Todos/PROUNI do Ministério da Educação/MEC, concedendo bolsas integrais aos alunos indicados.

8. OS CURSOS

8.1. CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS – BACHARELADO

Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 1081, de 09-04-2002, publicado no D.O.U. de 11-04-2002, Seção 1, páginas 10 e 11.

A Comissão de Avaliação das Condições de Oferta, em visita à Faculdade, em 2001, atribuiu ao Curso CONCEITO B, indicando seu reconhecimento.

8.1.1. OBJETIVOS

O Curso de Ciências Contábeis propõe oferecer uma formação e preparação teórica, científica e técnica para habilitar seu egresso na organização e direção do conjunto de atividades, na contabilidade de empresas e de instituições públicas ou privadas, governamentais ou não governamentais. Para tanto, prioriza a realização da investigação

²³ - Ver Regulamento e definição em anexo.

em estudos contábeis, tomando-os como campo teórico e como campo de atuação profissional. Em suma, a missão do Curso está intimamente ligada à formação de profissionais possuidores de habilidades e competências para participarem, com consciência social e profissional, da transformação e desenvolvimento da região, da sociedade brasileira e das Ciências Contábeis, dentro das diretrizes curriculares fixadas pelo MEC.

Trata-se, em verdade, de formar profissional e cidadão com espírito empreendedor, capacitados para exercício da profissão e da cidadania em toda sua abrangência, com inovação e ética.

Pragmaticamente o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Gama e Souza possui por escopo, a formação de profissionais habilitados e capacitados para desenvolver o exercício da Contabilidade como pedra fundamental da direção dos negócios e como suprema articuladora e coordenadora econômica, financeira e social relevantes para subsidiar suas decisões.

Busca-se, desta forma, estabelecer a perfeita consonância entre os níveis de conhecimento geral, profissional e complementar, ministrados no Curso de Graduação, com a identificação dos três níveis de conhecimentos indispensáveis ao exercício adequado e atualizado das atribuições profissionais – o instrumental, o teórico-prático e o prático.

A relação plena entre os três níveis de conhecimento será alcançada através da utilização de casos concretos extraídos de situações que possibilitem uma efetiva atuação profissional, envolvendo todas as áreas das ciências abrangidas pelo Curso.

O estudo e a prática das funções de planejamento e controle das atividades das instituições, pela utilização dos métodos e técnicas de registro, acumulação, divulgação e análise das informações econômicas, financeiras e sociais, é o principal objetivo das Ciências Contábeis e, em consequência, o objetivo maior deste Curso.

8.1.2. PERFIL PROFISSIONAL

O contador é o profissional que desenvolve com competência e habilidade alternativas possíveis para os problemas de natureza contábil, preservando a ética e exercendo com proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica. Com base nesse conceito o Bacharel de Ciências Contábeis, egresso do Curso da Faculdade Gama e Souza deve possuir formação ampla e sólida, com adequada fundamentação teórica e técnico-científica, permitindo ao formando:

- a) ser detentor de fundamentada cultura técnica e política dirigida à profissionalização nos diversos ramos da atividade que o Curso de Ciências Contábeis enseja (contabilidade em geral, seja como profissional liberal, seja como profissional vinculado a empresas ou atividades do setor público);
- b) estar capacitado para o exercício das habilitações técnicas necessárias às suas atribuições profissionais, com percepção das perspectivas e interação com outras significações do homem e do mundo;
- c) ser detento de visão abrangente e fundamental da interdisciplinaridade das ciências sociais aplicadas, indispensáveis para sua formação profissional;
- d) ter domínio aprimorado de algum campo específico da sua área profissional;
- e) ser detentor de informações que lhe proporcionem postura crítico-reflexiva diante da realidade político-social da Região, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil;
- f) ser possuidor de conteúdos culturais que lhe permitam tornar-se agente sintonizado com a realidade social e política, captando os anseios da sociedade e possibilitando ao profissional produção intelectual capaz de contribuir para a transformação dessa mesma realidade;
- g) ser capaz de manter-se atualizado nas áreas científicas sujeitas a freqüentes alterações, a partir do aprimoramento continuado de habilidades técnicas inerentes à categoria profissional;
- h) ser possuidor de conhecimentos complementares referenciados no currículo pleno do Curso e fornecidos através de atividades culturais suplementares, propiciando uma postura profissional eticamente fundamentada;
- i) exercer com ética e proficiência a elaboração de informações contábeis que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários.

8.2. CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – BACHARELADO

Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 560, de 04-03-2002, publicada no D.O.U. de 05-03-2002, Seção 1, página 12.

Observações:

- 1- Obteve CONCEITO B da Comissão de Avaliação para fins de reconhecimento.
- 2- A referida Comissão concluiu seu parecer favorável ao reconhecimento
- 3- No PROVÃO, edição 2001, em que participava pela primeira vez, obteve CONCEITO A.

8.2.1. OBJETIVOS

O Curso de Ciências Econômicas propõe oferecer uma formação e preparação teórica, científica e técnica para interessados no aprofundamento da teoria e da pesquisa econômica, com ênfase na sustentabilidade do desenvolvimento local e regional, para atuarem e criarem os Projetos necessários para este momento histórico que vivemos. Para tanto, prioriza a realização da investigação em estudos econômicos, articulados com as demais áreas do conhecimento, tomando a economia como campo teórico e como campo de atuação profissional. Como campo teórico, destina-se à formação de profissionais que estejam aptos para o trato cotidiano das questões referentes às organizações públicas e/ou privadas, governamentais e/ou não governamentais, defendendo a ética e a cidadania, pautando-se pela correta e eficiente contribuição profissional e civil.

As informações de início prestadas vêm dando ao Curso destacada expressão nos meios acadêmicos locais, também por se tratar de iniciativa muito recente. Cumpre, então, além de registrar o quê o Curso é, urge dar ênfase ao quê não é.

O ensino da Economia não poderá chegar ao ponto de preocupar-se em formar apenas “técnicos” em Economia, profissionais capazes de utilizar as categorias do pensamento econômico e os instrumentos da política econômica (em nível da empresa ou do projeto “micro” ou do grupo social “macro”).

Os economistas não podem ser, na expressão das Diretrizes Curriculares da SESu do MEC, “técnicos frios, impermeáveis e esterelizados no que diz respeito ao correto entendimento da interação de forças, suas aspirações e origens, seus benefícios e perversões.”

E contempla ainda o mesmo documento: “O economista não pode ser para os dias de hoje apenas em refinado matemático formulador ou operador de modelos econométricos, mas deve ser, sobretudo, um competente cientista social que, por vezes, é certo, precisa lançar mão de instrumentos matemáticos sofisticados, conquanto que deles não se torne servo inconsciente. Deve, pois crescentemente, ao menos para certos fins, saber aproximar-se do ferramental que a computação põe ao seu alcance, sem transferir-lhe a responsabilidade pela avaliação qualitativa de fatores e situações não quantificáveis, ou precariamente quantificáveis, imponderáveis, imprevisíveis, intangíveis porque situados num plano que não é estritamente econômico.”

Assim, a Faculdade Gama e Souza, tendo então como espelho o trabalho apresentado como proposta de Diretrizes Curriculares pela Comissão de Especialistas de

Economia da SESu/MEC, pode registrar como princípios fundamentais do seu Curso de Economia:

- 1) compromisso com o estudo da realidade brasileira, a par de sólida formação teórica, histórica e instrumental;
- 2) compromisso com o pluralismo metodológico, consequência da característica plural da Ciência Econômica, sem discriminar nenhuma corrente de pensamento;
- 3) compromisso de interligar aos programas de ensino os fenômenos econômicos aos sociais;
- 4) compromisso de permear todos os planos de estudos em sólida base ética, não se constituindo esta como disciplina, mas como princípio norteador de todas as atividades curriculares, consolidando nos futuros economistas a idéia central da responsabilidade social;
- 5) compromisso de formar o economista de sólida base geral, abrangendo cultura ampla, de forma a permitir a compreensão das questões econômicas, dentro do seu contexto histórico e social;
- 6) garantia de transmitir ao estudante de economia a capacidade de tomar decisões seguras, sem qualquer aventureirismo, para aplicação numa realidade diversificada e em transformação;
- 7) induzir o futuro economista a cultivar a capacidade de analisar e criticar de modo competente, adquirindo novos conhecimentos e elevando cada vez seu nível profissional;
- 8) por derradeiro, mas não menos importante, a Faculdade vive o compromisso de habilitar seus alunos de Economia ao uso correto do idioma, seja na expressão oral, seja na expressão escrita.

Os compromissos elencados, dia-a-dia do nosso Curso de Economia, valem muito além que objetivos. Daí, por certo a sua expressão, comprovada em metas já alcançadas, apesar de tratar-se de IES muito nova. Todavia, para satisfazer as exigências do Projeto Pedagógico, eis, as seguir, alguns itens.

O Curso ministrado vem formando profissionais, dando-lhes competências e habilidades para:

- a) desenvolver raciocínios logicamente consistentes;
- b) possibilitar leitura e compreensão de textos econômicos;
- c) dar capacidade dissertativa para elaboração de monografias, pareceres e relatórios;

- d) lidar com conceitos teóricos fundamentais da Ciência Econômica;
- e) utilizar o instrumental econômico em função de análises de situações históricas concretas;
- f) utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos sócio-econômicos;
- g) diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas

8.2.2. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

Como cientista social, o economista deve ser um profissional atento aos problemas locais e regionais, além de estudioso de grandes temas nacionais e mundiais. Dessa forma, o nosso Curso está formando um profissional capacitado a atuar nas diversas áreas do conhecimento econômico, em que seu currículo oferece bases teóricas sólidas para a busca de complementações direcionadas para o exercício profissional.

Recente Resolução aprovada pela Câmara de Educação Superior do CNE, no parágrafo único do Art. 8º, determina: o bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa, peculiares ao Curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicado à realidade brasileira e ao contexto mundial, de tal forma que o egresso possa revelar:

- I. uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico social;
- II. capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;
- III. capacidade analítica, visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e
- IV. domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita.

8.3. CURSO DE LETRAS – licenciatura plena, Com Habilitação em Português e Literaturas de Língua Portuguesa.

Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 470, de 22-02-2002, publicada no D.O.U. de 25-02-2002, Seção 1, página 15.

A comissão de Avaliação do MEC esteve em verificação *in loco*, neste ano de 2005/I, para efeito de renovação de reconhecimento e emitiu os seguintes conceitos:

- a) organização didático-pedagógica - CMB
- b) corpo docente - CMB
- c) instalações - CB

8.3.1 OBJETIVOS

Geral

O Curso de Letras da Faculdade Gama e Souza tem por objetivo formar profissionais capazes de integrar os conhecimentos políticos e técnicos advindos das Ciências das Letras, Linguística e Artes, somados aos das Ciências da Educação, ao processo de transformações sociais, políticas e culturais de seu tempo, respondendo às necessidades da escola e da sociedade, atuando com ética e visão humanística.

O Curso pretende, assim, formar profissionais com uma sólida base social e humanística, capazes de adequar-se às necessidades e aos requisitos da educação e da aplicação dos conhecimentos próprios de um profissional de Letras em diversos setores do mundo do trabalho e na sociedade, ao tempo em que provê a base técnico-científica necessária à execução das atividades pedagógico-administrativas, estimulando a imaginação e a criatividade, exercitando o raciocínio lógico, crítico e analítico, inspirando a capacidade de realização profissional e desenvolvendo as habilidades de expressão escrita e oral.

O Curso tem por objetivos, ainda:

- a) Contribuir para o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas e operativas dos alunos centrando-se no processo de assimilação ativa do aluno, onde prevaleça a reflexão, a capacidade crítica e a criatividade.
- b) Integrar o processo de avaliação institucional, incentivando e apoiando ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino.
- c) Subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e o redirecionamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem.

ESPECÍFICO

O Curso de Letras tem por objetivo específico especializar o egresso, em nível de graduação, para criar, gerir e desenvolver instituições educacionais escolares e não-escolares de qualquer tipo ou porte, com visão abrangente dos fenômenos lingüísticos e literários na sociedade atual frente ao novo cenário da economia, da cultura e da ordem social globalizada.

8.3.2 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

As características do profissional que se pretende formar surgem do perfil delineado para os egressos do Curso de Letras, com o diferencial identificado pelos compromissos ético e profissional, dirigidos não somente para a área educacional, mas para os demais segmentos do mundo trabalho.

Além de proporcionar a formação acadêmica do aluno, o curso propicia as condições essenciais para o exercício profissional, a capacidade de identificar os problemas relevantes que estão a sua volta, a avaliar as diferentes posições em relação a esses problemas e a ter consciência quanto a sua tomada de decisão e atuação junto à sociedade. É fundamental que o aluno tenha clareza de que no seu trabalho a meta principal é o benefício social, contribuindo, de forma efetiva, para um trabalho que seja o inverso do individualismo.

Portanto, além de estar preparado para uma atuação profissional condizente com suas expectativas, o aluno deve ser capaz de enfrentar as dificuldades advindas da vida em sociedade; pois dessa relação complexa entre os dois mundos que percorrerá (o mundo do trabalho e seu mundo pessoal), é que sua atuação mostrar-se-á mais dinamizada por valores e juízos de avaliação qualitativa e não somente pelos valores quantitativos como, ainda, impera na atualidade. Sem esta visão, os egressos seriam, com certeza, reprodutores de idéias e conceitos com que tiveram contato durante a sua formação; ou seja, incapazes de adaptar o conhecimento que adquiriram com o mundo em permanente transformação, conforme aborda Francisco Imbernón (2000):

“O professor deve envolver-se nas políticas educativas e sociais e deve lutar também pela melhoria da educação para incrementar a liberdade e a emancipação das pessoas.”

Daí a necessidade da pesquisa, da permanente reflexão e revisão de valores, porque cada vez mais, problemas sociais, econômicos e culturais que repercutem na prática do cotidiano devem ser considerados na vivência acadêmica diária e nas relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse processo, tanto o professor quanto o aluno são responsáveis pelos resultados obtidos.

O estabelecimento de um campo de questionamentos de temas relevantes, propícios ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional, contemplado no Curso, contribui de forma efetiva para a formação do egresso. O ensino é pautado numa concepção de sujeito humano contextualizado e comprometido com a superação dos problemas sociais. Para tal, é imprescindível a construção de um trabalho coletivo, onde o colegiado do curso desempenha um papel fundamental.

Um outro aspecto importante trata-se da valorização da formação continuada, com seus referenciais coerentes com a proposta educacional inovadora. O egresso deve entender que a busca do conhecimento é um processo que deve acompanhá-lo permanentemente, não se restringe apenas a uma etapa de sua vida, conforme enfoca Francisco Imbernón (2000):

“A formação permanente do professor deve ajudar a desenvolver um conhecimento profissional que lhe permita: avaliar a necessidade potencial e a qualidade da inovação educativa que deve ser introduzida constantemente nas instituições; desenvolver habilidades básicas no âmbito das estratégias de ensino em um contexto determinado, do planejamento, do diagnóstico e da avaliação; proporcionar as competências para ser capazes de modificar as tarefas educativas continuamente, em uma tentativa de adaptação à diversidade e ao contexto dos alunos; comprometer-se com o meio social. Tudo isso

supõe uma formação permanente que desenvolva processos de pesquisas colaborativas para o desenvolvimento da organização, das pessoas e da comunidade educativa que as envolve.”

A concepção da estrutura curricular está articulada ao projeto político pedagógico do curso buscando sempre atingir o perfil esperado do egresso. Nessa perspectiva, a cada semestre cumprido vai sendo delineado o perfil do egresso, através das atividades de sala de aula, das atividades complementares, da participação de eventos, dos projetos de extensão, dos estágios, das atividades de iniciação científica, do núcleo de pesquisa, da monitoria e de outras atividades a critério do colegiado do curso. Além dessas, o Núcleo de Apoio Didático Pedagógico – NADIPE vem desenvolvendo ações junto aos docentes, à comunidade e aos alunos do curso de apoio pedagógico, configurando também a extensão universitária.

O Curso de Letras ensinará condições para que o futuro profissional esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da educação e do gerenciamento de instâncias educacionais, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação específica e, para tanto, possibilitou a criação do Círculo de Apoio Lingüístico-Literário-CALL, cujo objetivo central é oferecer aos alunos do Curso de Letras e dos demais cursos da Faculdade Gama e Souza suporte teórico para a compreensão e conseqüente assimilação dos conteúdos formais das disciplinas de Língua Portuguesa, Lingüística e as pertencentes aos Estudos Literários.

O CALL, em harmonia com o Núcleo de Pesquisa da COPPE *Gama e Souza*, por intermédio das disciplinas e atividades do currículo do curso, oferecerá ao estudante condições de aprofundar o estudo de processos da dimensão política, histórica, cultural e social das letras e artes, de forma que tais profissionais possam atuar de forma interdisciplinar traçando estratégias de leitura e abordagem teórica e prática da língua e das literaturas para que os objetivos sejam atingidos, avaliando os resultados obtidos e tomando decisões que corrijam as distorções verificadas, na velocidade que o mundo globalizado exige e com visão holística das tendências nacionais e internacionais para o estudo dos fenômenos lingüísticos e literários.

O Curso pretende, portanto, desenvolver um conjunto de competências e habilidades articuladas com as demandas importantes decorrentes da análise da atuação profissional, assentando-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais. Essas competências se referem ao comprometimento com os valores inspirados na sociedade democrática; ao domínio dos conteúdos a serem socializados; aos significados em diferentes contextos; à articulação interdisciplinar; às competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico; aos processos de investigação que possibilitam o aperfeiçoamento na prática pedagógica e acadêmica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

O egresso deve estar especialmente apto a:

- a) elaborar e articular projetos educacionais (de cunho pedagógico e/ou acadêmico), de qualquer porte, planejando, controlando e acompanhando os processos educativos próprios da sua função;
- b) introduzir inovações prático-conceituais decorrentes dos novos campos teóricos que interagem com a educação, pesquisa, extensão e gerenciamento na área de Letras e, por fim;
- c) ter a capacidade de lidar e interagir com os múltiplos desafios que a globalização econômica, política e cultural tem apresentado.

O Curso de Letras da Faculdade Gama e Souza pretende desenvolver o seguinte perfil profissional:

- a) internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, sensibilidade, solidariedade e cidadania;
- b) formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- c) competência técnica e científica para atuar como profissional da Educação, da Pesquisa e de Gerenciamento;
- d) capacidade para dialogar com as diferentes áreas do conhecimento que permita ao profissional de Letras ampliar sua visão de mundo, compreender a dinâmica da sociedade e seus problemas sócio-culturais;

- e) competência para compreender a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança e, por fim,
- f) ter, ainda, a capacidade de lidar e interagir com os múltiplos desafios que a globalização econômica tem apresentado.

Para tanto, pretende desenvolver as seguintes habilidades:

- a) expressar-se corretamente nos documentos técnicos específicos, bem como nas relações interpessoais, de forma a auxiliar na interpretação da realidade das instituições educacionais, de pesquisa e de divulgação científico-cultural;
- b) interagir criativamente face aos diferentes contextos sociais;
- c) compreender os fenômenos lingüísticos e artísticos (com especial destaque para os fenômenos literários), de modo contextualizado e, portanto, parte integrante das relações histórico-sociais e sociomoraes da civilização;
- d) resolver problemas e desafios educacionais e gerenciais com flexibilidade e adaptabilidade;
- e) reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente;
- f) transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- g) selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender interesses sociais e educacionais;
- h) articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional;
- i) ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- j) desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais;
- l) utilizar as novas tecnologias da educação que se configuram não só como uma prática educativa adequada ao mundo contemporâneo, como também constituem ferramentas importantes tanto no processo de aprendizagem, quanto no de elaboração, implementação, implantação, avaliação e gerenciamento de projetos;
- m) elaborar e desenvolver projetos pessoais, de estudo e de trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente.

O desenvolvimento dessas capacidades e habilidades deve conduzir o egresso à internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, tanto quanto à formação humanística e à visão global que o habilitem a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido. Deve, ainda, capacitá-lo a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

8.4. CURSO DE CIÊNCIAS – Licenciatura Plena, com Habilitação em MATEMÁTICA

Reconhecido pela Portaria Ministerial nº 2.918. de 14-12-2001, publicada no D.O.U. de 18-12-2001, Seção 1, página 27.

A comissão de Avaliação do MEC esteve em verificação *in loco*, neste ano de 2005/II, para efeito de renovação de reconhecimento e emitiu os seguintes conceitos:

- a) organização didático-pedagógica - CB
- b) corpo docente - CMB
- c) instalações - CB

8.4.1. OBJETIVOS DO CURSO

GERAIS

- Dominar conhecimento matemático específico e não trivial, tendo consciência do modo de produção próprio desta ciência – origens, processo de criação, inserção cultural – tendo também conhecimento das suas aplicações em várias áreas, para tornar possível a percepção do quanto o domínio de certos conteúdos, habilidades e competências próprias da matemática importam para o exercício da cidadania.
- Dominar a forma lógica característica do pensamento matemático e, ter conhecimentos dos pressupostos da Psicologia Cognitiva de modo a compreender as potencialidades de raciocínio em cada faixa etária. Em outras palavras, ser capaz de, por um lado, favorecer o desenvolvimento do raciocínio de seus alunos e, por outro lado, não extrapolar as exigências de rigor a ponto de gerar insegurança nos seus alunos em relação à matemática.

ESPECÍFICOS

- Possuir familiaridade e reflexão sobre metodologias e materiais de apoio ao ensino diversificados de modo a poder decidir, diante de cada conteúdo específico e cada classe particular de alunos, qual o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem significativa de matemática, estando preparado para avaliar os resultados de suas ações por diferentes caminhos e de forma continuada.
- Ser capaz de observar cada aluno, procurando rotas alternativas de ação para levar seus alunos a desenvolver-se plenamente, com base nos resultados de suas avaliações, sendo assim motivador e visando o desenvolvimento da autonomia no seu aluno.
- Trabalhar de forma integrada com os professores da sua área e de outras áreas, no sentido de conseguir contribuir efetivamente com a proposta pedagógica da sua Escola e favorecer uma aprendizagem multidisciplinar e significativa para os seus alunos.

8.4.2 HABILIDADES OU COMPETÊNCIAS

Para formar profissionais com o perfil desejado, o curso de Ciências com Habilitação em Matemática da Faculdade Gama e Souza tem como objetivo desenvolver nos seus alunos as seguintes habilidades ou competências:

- expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- trabalhar em equipes multidisciplinares;
- compreender, criticar e utilizar novas idéias e tecnologias para resolução de problemas;
- aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento;
- identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação, utilizando rigor lógico-científico na análise da situação-problema;
- conhecimento de questões contemporâneas;
- educação abrangente necessária ao entendimento do impacto das soluções encontradas num contexto global e social.

8.4.3 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

O egresso do Curso de Licenciatura em Matemática vai ser o profissional que atua no ensino de Matemática na educação básica, especialmente nas disciplinas matemáticas do segundo segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), no ensino Médio, em Escolas Técnicas e na Educação de Jovens e Adultos. Outras opções de carreira são a pós-graduação (especialmente em Educação Matemática) e o setor de serviços.

Como bem frisou o Documento (Parecer CNE / CES 1.302 / 2001) sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura, o curso deve:

Garantir que seus egressos tenham uma sólida formação, permitindo a visão de seu papel social e contemplando um conhecimento matemático capaz de tornar-se acessível a todos.

8.5 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL – BACHARELADO

Autorizado pela Portaria nº 3074, publicada no D.O.U de 30 de dezembro de 2002.

8.5.1 OBJETIVOS

GERAL

O curso de Administração da Faculdade Gama e Souza tem por objetivo formar profissionais para a administração de organizações, de qualquer porte, plenamente sintonizados com o mercado empresarial e com os principais avanços da tecnologia, atuando com ética e visão humanística.

O curso pretende formar profissionais com uma sólida base social e humanística, capazes de absorver, processar e adequar-se às necessidades e aos requisitos do moderno ambiente das organizações contemporâneas, ao tempo em que provê a base técnico-científica necessária à execução das atividades administrativas, estimulando a imaginação e a criatividade, exercitando o raciocínio lógico, crítico e analítico, inspirando a capacidade de realização profissional e desenvolvendo as habilidades de expressão escrita e oral.

O curso tem por objetivo, ainda:

- contribuir para o aprimoramento da formação do administrador, como cidadão e profissional, para que colabore na elevação das condições de vida em sociedade;
- integrar o processo de avaliação institucional, incentivando e apoiando ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino; e,
- subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e o redirecionamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem.

ESPECÍFICO

O curso de Administração tem por objetivo específico especializar o egresso, em nível de graduação, para criar, gerir e desenvolver organizações, de qualquer tipo ou porte, com visão empreendedora e capacitá-lo a identificar e solucionar problemas do mercado empresarial em geral, frente ao novo cenário da economia globalizada.

8.5.2 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

As características do profissional que se pretende formar surgem do perfil delineado para os egressos do curso de Administração, com o diferencial identificado pelas capacidades específicas da área de gestão.

O curso de Administração ensinará condições para que o bacharel em Administração esteja capacitado a compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento no seu conjunto, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como a desenvolver o alto gerenciamento e a assimilação de novas informações, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

A Linha de Formação em Administração Geral, por intermédio das disciplinas e atividades do currículo do curso, oferecerá ao estudante condições de estudar processos de transformação, avaliar objetivos da empresa, traçar estratégias para que os objetivos sejam atingidos, avaliar resultados obtidos, tomar decisões precisas e desenvolver programas que corrijam as distorções verificadas, na velocidade que o mundo globalizado exige e com visão holística dos assuntos nacionais e internacionais.

O Administrador deverá, cada vez mais, adaptar-se dinamicamente às rápidas mudanças sócio-econômicas. Para tanto, deve ser ministrado, ao educando, forte conhecimento técnico-gerencial, nele sendo desenvolvida a capacidade de aprender

continuamente e características e atributos empreendedores, como visão de futuro, liderança, criatividade e perseverança.

Com isso, o profissional de Administração, além de atender às necessidades das grandes e médias corporações, terá também como opção de carreira, as micro e pequenas empresas, tanto como consultor ou gerente, quanto empresário e conseqüentemente um gerador de empregos.

A formação de um profissional voltado à realidade regional, nacional e internacional, é complementada através de viagens de estudo, seminários, palestras, bem como de estágios em empresas que realizam comercializações e vivência prática na Empresa-Júnior.

O egresso deve estar especialmente apto a:

- criar e organizar empresas, de qualquer porte, planejando e controlando a produção, acompanhando a rentabilidade das atividades e as transações, e
- introduzir inovações em empresas existentes, assumindo riscos, seja na forma de administrar, vender, fabricar, distribuir ou de fazer propaganda dos seus produtos e/ou serviços, agregando novos valores.

O egresso deve, ainda, ter a capacidade de lidar e interagir com os múltiplos desafios que a globalização econômica tem apresentado. O curso de Administração da Faculdade Gama e Souza pretende desenvolver o seguinte perfil profissional:

- internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- competência técnica e científica para atuar na administração das organizações, além de desenvolver atividades específicas da prática profissional;
- competência para atuar de forma empreendedora, analisando criticamente as organizações, identificando oportunidades, antecipando e promovendo suas transformações;
- competência para atuar em equipes interdisciplinares;
- competência para compreender a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

Para tanto, pretende desenvolver as seguintes habilidades:

- expressar-se corretamente nos documentos técnicos específicos, bem como nas relações interpessoais, de forma a auxiliar na interpretação da realidade das organizações;
- interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- compreender o todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como de suas relações com o ambiente externo;
- lidar com modelos de gestão inovadores;
- resolver problemas e desafios organizacionais com flexibilidade e adaptabilidade;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender interesses interpessoais e institucionais;
- selecionar procedimentos que privilegiem formas de atuação em prol de objetivos comuns;
- articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional;
- desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável.

Além destas habilidades, o curso dará ênfase às competências disciplinadas na Resolução CES/CNE nº 4/2005, que aprova as diretrizes curriculares para os cursos de Administração.

O desenvolvimento dessas capacidades e habilidades deve conduzir o egresso a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional e à formação humanística e visão global que o habilitem a compreender o meio social,

político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

8.6 CURSO DE TURISMO – BACHARELADO

Autorizado pela Portaria 3973, publicada no D.O.U de 30 de dezembro de 2002.

8.6.1 OBJETIVOS

GERAL

A criação e implantação do Curso de Graduação em Turismo na Faculdade Gama e Souza objetiva, primordialmente, investir na capacitação e na habilitação de profissionais para o exercício das atividades na área do Turismo, com formação ética e humanística, buscando o implemento da atividade turística, baseado-se na sustentabilidade ecológica, sócio-cultural e econômica de forma competente e responsável.

ESPECÍFICO

- proporcionar ao profissional do Turismo um conhecimento crítico do mundo atual a partir da percepção das relações de interdependência entre os diversos elementos que compõem a atividade turística;
- oferecer embasamento teórico e orientações técnicas e metodológicas para uma atuação consciente na transformação da realidade turística nacional, regional e local;
- criar oportunidade para a formação de equipes interdisciplinares, possibilitando a realização de pesquisas prioritárias, tanto básicas quanto aplicadas;
- possibilitar a formação de um canal de comunicação ágil entre a IES, o setor público e o privado, facilitando acesso a maiores e melhores recursos documentais e de financiamentos às pesquisas turísticas;

- estimular contato e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre pesquisadores turísticos, visando a formação de grupos de pesquisa e construção de redes de informações;
- desenvolver ações estratégicas objetivando influenciar positivamente no processo de conscientização das autoridades, do trade e das entidades representativas e congregacionais da importância do papel e da formação de recursos humanos continuada em todos os níveis, visando o aprimoramento, a eficiência, a competitividade e a melhoria da qualidade em Turismo;
- promover a qualificação de docentes que atuam no curso na pretensão de atualização e modernização das técnicas de ensino e do aprofundamento do conhecimento sobre as diferentes correntes do pensamento nas disciplinas da área de concentração;
- estimular o aluno a aprender, contribuindo para uma ampla formação cultural, ética e humanística complementada pela acessibilidade do fazer, tornando-o capaz de atender as exigências do setor turístico com responsabilidade e competência.

8.6.2 PERFIL PROFISSIONAL

A Faculdade Gama e Souza ao pleitear o curso de Turismo irá oportunizar a formação de profissionais aptos a atuarem em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas atividades possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente das sociedades onde são desenvolvidas.

A atividade profissional do bacharel em Turismo exige uma formação ao mesmo tempo generalista — no sentido tanto de conhecimentos específicos como de uma ampla visão de mundo e de conhecimentos de áreas afins — e particularizada, especialmente com conhecimentos específicos. Nesse sentido, cabe destacar que a formação do bacharel de Turismo da Faculdade Gama e Souza irá contemplar tanto as relações entre o conhecimento teórico quanto as exigências da prática cotidiana da profissão.

Como resultado do desenvolvimento de um projeto pedagógico com as características ora delineadas, pretende-se formar o bacharel em Turismo com o seguinte perfil profissional:

- formação humanística e visão holística que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural no qual se insere e a atuar numa sociedade globalizada e em constante mudança;
- internalização de valores, tais como responsabilidade social, justiça e ética profissional adequada à dinâmica dos negócios da área do turismo;
- formação profissional teórico-prática, com direcionamento reflexivo e crítico, que possibilite atuar no meio turístico em condições de enfrentar a alta competitividade e a constante mutação do setor;
- capacidade de liderança, situando-se em condições de desenvolver suas atividades com criatividade, inovação e espírito empreendedor;
- capacidade de compreensão da necessidade de constante e contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento de suas características básicas de personalidade;
- capacidade para atuar em equipes multidisciplinares, interagindo com profissionais de outras áreas;
- capacidade para absorver novas tecnologias e visualizar, com criatividade, a sua aplicação em turismo;
- capacidade para perceber, analisar e combater obstáculos e resistências ao novo e/ou à cooperação;
- capacidade para promover e realizar ações conscientes, éticas e responsáveis no sentido de conservar e revitalizar a identidade cultural local, regional e nacional.

Para a execução do perfil profissiográfico desejado, a Faculdade Gama e Souza pretende, ao longo do curso, possibilitar o desenvolvimento de habilidades que possam contribuir na formação profissional e que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

- compreensão das políticas nacionais e regionais sobre turismo;
- utilização de metodologia adequada para o planejamento das ações turísticas, abrangendo projetos, planos e programas, com os eventos locais, regionais, nacionais e internacionais;
- positiva contribuição na elaboração dos planos municipais e estaduais de turismo;

- domínio das técnicas indispensáveis ao planejamento e à operacionalização do Inventário Turístico, detectando áreas de novos negócios e de novos campos turísticos e de permutas culturais;

- domínio e técnicas de planejamento e operacionalização de estudos de viabilidade econômico-financeira para os empreendimentos e projetos turísticos;

- adequada aplicação da legislação pertinente;

- planejamento e execução de projetos e programas estratégicos relacionados com empreendimentos turísticos e seu gerenciamento;

- intervenção positiva no mercado turístico, com sua inserção em espaços novos, emergentes ou inventariados;

- classificação, sobre critérios prévios e adequados, de estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, incluindo meios de hospedagens, transportadoras, agências de turismo, empresas promotoras de eventos e outras áreas, postas com segurança à disposição do mercado turístico e de sua expansão;

- domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, esportivas, recreativas e de entretenimento, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana;

- domínio de métodos e técnicas indispensáveis ao estudo dos diferentes mercados turísticos, identificando os prioritários, inclusive para efeito de oferta adequada a cada perfil do turista;

- comunicação interpessoal, intercultural e expressão correta e precisa sobre aspectos técnicos específicos e da interpretação da realidade das organizações e dos traços culturais de cada comunidade ou segmento social;

- utilização de recursos turísticos como forma de educar, orientar, assessorar, planejar e administrar a satisfação das necessidades dos turistas e das empresas, instituições públicas ou privadas, e dos demais segmentos populacionais;

- domínio de diferentes idiomas que ensejem a satisfação do turista em sua intervenção nos traços culturais de uma comunidade ainda não conhecida;

- habilidade no manejo com a informática e com outros recursos tecnológicos;

- integração nas ações de equipes interdisciplinares e multidisciplinares, interagindo criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;

- compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e entretenimento encontram ambientes propícios para se desenvolverem;

- profunda vivência e conhecimento das relações humanas, de relações públicas, das articulações interpessoais, com posturas estratégicas do êxito de qualquer evento turístico;

- conhecimentos específicos e adequado desempenho técnico-profissional, com humanismo, simplicidade, segurança, empatia e ética.

O bacharel em Turismo a ser formado pela Faculdade Gama e Souza, pode exercer funções executivas e de assessoria em órgãos públicos ou privados atuando em planejamento, em patrimônio ambiental, em identificação e avaliação da oferta turística, no marketing, na legislação aplicada ao turismo e na elaboração e avaliação de projetos turísticos. Pode, ainda, atuar em organizações ligadas ao turismo, identificando a potencialidade turística, de acordo com a originalidade dos recursos e as tendências da demanda, observando as mudanças sociais e acompanhando o avanço tecnológico.

8.7 CURSO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO – BACHARELADO

Autorizado pela Portaria nº 3966, publicada no D.O.U de 18 de dezembro de 2003.

8.7.1 OBJETIVOS

GERAL

Formar profissionais capacitados a identificar e solucionar problemas no campo tecnológico da computação e atuar, de forma segura, ativa e crítica, em um mercado de trabalho que sofre transformações aceleradas, bem como contribuir no avanço científico e tecnológico do Brasil e saber lidar com as dimensões humanas e éticas dos conhecimentos e das relações sociais.

ESPECÍFICOS

O Curso se propõe, entre outros, alcançar, prioritariamente, os seguintes objetivos específicos:

- formar recursos humanos para automação dos sistemas de informação das organizações;

- capacitar os egressos do curso no uso eficiente das tecnologias nas organizações;
- conscientizar os egressos da importância de suas atualizações por meio de cursos de extensão e pós-graduação, visando uma Educação Continuada, a fim de estabelecer métodos de modernização das formas de exercício profissional;
- fazer com que os egressos não só conheçam como também dominem o processo para conceber e construir a solução de problemas identificados, utilizando base científica;
- formar bacharéis de Sistemas de Informação aptos a atuarem nos setores públicos e privados, em desenvolvimento de software, de programas, de implementação e manutenção de sistemas informatizados, de administração e gerenciamento de áreas, setores ou de empresas de informática;
- buscar a concepção da computação, adequada ao modelo indicado pela SBC e pelos componentes curriculares propostos pelo MEC;
- debater e resolver questões relacionadas com as novas tecnologias;
- produzir e transmitir conhecimentos, propiciando uma sólida formação teórica e prática;
- envolver os corpos discentes e docentes do curso em um processo de auto-crítica e de transformação, comprometendo-os com o delineamento e com a execução do projeto pedagógico do curso onde a participação garanta o seu fortalecimento, o crescimento pessoal de todos aqueles que vivem o cotidiano da instituição, contribuindo para a consolidação do projeto educacional.

8.7.2 PERFIL PROFISSIONAL

A Faculdade Gama e Souza por meio do curso de Bacharelado em Sistemas de Informação pretende formar profissionais com capacidade de atuação num mercado de trabalho sujeito a transformações aceleradas, oferecendo-lhes formação fundamental ampla em computação e uma formação de empreendedor garantindo assim sua sobrevivência profissional futura, adotando-se uma metodologia própria para análise, elaboração, estruturação do currículo, na qual está inserido o perfil dos egressos do curso, construído com base na coleta de dados realizada com acadêmicos e profissionais do mercado, visando a que o processo ensino-aprendizagem acompanhe a evolução tecnológica, possibilitando, pois oferecer um curso atualizado.

O curso em pauta prevê uma formação que capacita o profissional para a solução de problemas do mundo real, por meio da construção de modelos computacionais e de sua implementação. Características fundamentais deste profissional envolverão:

- conhecimento e domínio do processo de projeto para construir a solução de problemas com base científica;
- capacidade para aplicar seus conhecimentos de forma independente e inovadora, acompanhando a evolução do setor e contribuindo na busca de soluções nas diferentes áreas aplicadas;
- formação que permita uma visão da dinâmica organizacional bem como, estimulando o trabalho em grupo.

O egresso do curso será um profissional apto a resolver as seguintes classes de problemas:

- modelagem e especificação dos problemas do mundo real, com o uso de técnicas apresentadas no curso;
- implementação de sistemas de computação em conformidade à especificação do mesmo;
- análise e seleção de sistemas de software e de hardware disponíveis que melhor se ajustem à solução do problema original;
- validação e transmissão da solução do problema de forma efetiva e contextualizada ao problema original.

O profissional egresso do curso estará, também, apto a desempenhar, as seguintes atividades:

- elaborar projetos de software;
- planejar, coordenar e executar projetos de sistemas de informação que envolvam recursos de informática;
- elaborar orçamentos de projetos de sistemas computacionais de informação;
- verificar a viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e de sistemas de informação;
- definir, estruturar, implementar, testar e simular o comportamento de programas e de sistemas de informação;
- administrar sistemas de processamento de dados que demandem acompanhamento especializado, como redes locais e/ou equipamentos multiusuários;

- oferecer suporte técnico e de consultoria especializado em informática, tanto no desenvolvimento, dimensionamento e normatização de uso de sistemas computacionais;
- executar análises, avaliações, vistorias, pareceres, perícias, auditorias de projetos e de sistemas de informação;
- exercer as funções de ensino, pesquisa, experimentação e divulgação tecnológica e qualquer outra atividade que, por sua natureza, se insira no âmbito da profissão;
- acompanhar, estudar e aplicar novas tecnologias procurando assegurar a não obsolescência dos sistemas a melhoria da qualidade e o aumento da produtividade, associados à redução dos custos operacionais.

O egresso do curso terá condições de assumir um papel de agente transformador do mercado, sendo capaz de provocar mudanças através da agregação de novas tecnologias na solução dos problemas e propiciando novos tipos de atividades, agregando o domínio de novas ferramentas e implementação de sistemas visando a melhores condições de trabalho e de vida, bem como conhecimento e emprego de modelos associados ao uso de ferramentas do estado-da-arte e uma visão humanística consistente e crítica do impacto de sua atuação profissional na sociedade.

De uma forma geral, o profissional egresso do curso será capaz de desempenhar funções em diferentes campos de atuação e ramos de atividades. As principais funções designadas para este profissional, seja em empresas produtoras de hardware e/ou software, prestadoras de serviços, em laboratórios de pesquisa, em pesquisa ou docência, são:

- projetista de software;
- administrador de dados;
- analista de sistemas;
- consultor de tecnologias (hardware, software, processos informatizados);
- gerente de área/empresa;
- gerente de planejamento;
- pesquisador/docente na área de sistemas de informação.

No curso, o aluno adquirirá uma base matemática para a solução de diferentes problemas computacionais, conceitos teóricos e práticos na área de Computação e

Sistemas de Informação, permitindo sua adaptação tanto na área de pesquisa científica quanto na empresarial. Terá oportunidade de conhecer os diversos ramos da informática, desde seus conceitos básicos, sistemas operacionais, arquitetura de computadores, programação, análise, banco de dados, redes de computadores, estrutura de dados, segurança, auditoria, gerência de sistemas de informações e tópicos especiais em sistemas de informação (abrangendo as novidades e as perspectivas da computação).

O curso será ministrado, unindo-se teoria e prática, permitindo ao aluno contato imediato com uso de ferramentas para treinamento, pesquisa e desenvolvimento de sistemas de informação, através de laboratórios direcionados à utilização de software. O estágio supervisionado, é uma atividade obrigatória, é o esforço final para que o estudante integre-se ao mercado e mostre seu talento. Ao final do curso, o aluno deverá elaborar uma monografia, como trabalho de conclusão de curso. Será o desenvolvimento de uma aplicação em área escolhida pelo estudante, com orientação de um docente, finaliza a graduação e permite que o aluno, possa demonstrar seus conhecimentos perante uma banca formada por acadêmicos, profissionais e empresários da área.

8.8 CURSO DE PEDAGOGIA – com habilitação em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional (Bacharelado);

Autorizado pela Portaria nº 3975, publicada no D.O.U de 30 de dezembro de 2002.

8.8.1 OBJETIVOS

GERAL

O curso de Pedagogia da **Faculdade Gama e Souza** tem por objetivo formar profissionais capazes de integrar os conhecimentos políticos e técnicos advindos das Ciências da Educação ao processo de transformação sociais, políticas e culturais do seu tempo, respondendo às necessidades da escola e da sociedade, atuando com ética e visão humanística.

O curso pretende formar profissionais com uma sólida base social e humanística, capazes de adequar-se às necessidades e aos requisitos da educação na sociedade, ao tempo em que provê a base técnico-científica necessária à execução das atividades

pedagógico-administrativas, estimulando a imaginação e a criatividade, exercitando o raciocínio lógico, crítico e analítico, inspirando a capacidade de realização profissional e desenvolvendo as habilidades de expressão escrita e oral.

O curso tem por objetivos, ainda:

- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e operativas dos alunos centrando-se no processo de assimilação ativa do aluno, onde prevaleça reflexão, a capacidade crítica e a criatividade;
- Integrar o processo de avaliação institucional, incentivando e apoiando ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino;
- Subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e o redirecionamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem.

ESPECÍFICO

O curso de Pedagogia tem por objetivo específico especializar o egresso, em nível de graduação, para criar, gerir e desenvolver instituições educacionais escolares e não-escolares de qualquer tipo ou porte, com visão abrangente do fenômeno educativo na sociedade atual frente ao novo cenário da economia globalizada.

8.8.2 PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

As características do profissional que se pretende formar surgem do perfil delineado para os egressos do curso de Pedagogia, com o diferencial identificado pelos compromissos ético e profissional com a área educacional.

Além de proporcionar a formação acadêmica do aluno, o curso propicia as condições essenciais para o exercício profissional, a capacidade de identificar os problemas relevantes que estão a sua volta, a avaliar as diferentes posições em relação a esses problemas e a ter consciência quanto a sua tomada de decisão e atuação junto à sociedade. É fundamental que o aluno tenha clareza de que no seu trabalho a meta principal é o benefício social, contribuindo de forma efetiva para um trabalho que seja o inverso do individualismo.

Portanto, além de preparar para uma atuação profissional o aluno deve ser capaz de enfrentar as dificuldades advindas da vida em sociedade, sem esta visão, os egressos seriam, com certeza, reprodutores de idéias e conceitos que tiveram contato durante a sua formação, ou seja, incapazes de adaptar o conhecimento que adquiriram com o mundo em permanente transformação, conforme aborda Francisco Imbernón (2000):

“O professor deve envolver-se nas políticas educativas e sociais e deve lutar também pela melhoria da educação para incrementar a liberdade e a emancipação das pessoas.”

Daí a necessidade da pesquisa, da permanente reflexão e da revisão de valores. Cada vez mais, problemas sociais, econômicos e culturais que repercutem na prática do cotidiano devem ser considerados na vivência acadêmica diária e nas relações estabelecidas no processo de ensino e aprendizagem. Nesse processo, tanto o professor quanto o aluno são responsáveis pelos resultados obtidos.

O estabelecimento de um campo de questionamentos de temas relevantes, propícios ao amadurecimento intelectual e motivador para a prática profissional, contemplado no curso, contribui de forma efetiva para a formação do egresso. O ensino é pautado numa concepção de sujeito humano contextualizado e comprometido com a superação dos problemas sociais. Para tal, é imprescindível a construção de um trabalho coletivo, onde o colegiado do curso desempenha um papel fundamental.

Um outro aspecto importante trata-se da valorização da formação continuada, com seus referenciais coerentes com a proposta educacional inovadora. O egresso deve entender que a busca do conhecimento é um processo que deve acompanhá-lo permanentemente, não se restringe apenas a uma etapa da sua vida, conforme enfoca Francisco Imbernón (2000):

“A formação permanente do professor deve ajudar a desenvolver um conhecimento profissional que lhe permita: avaliar a necessidade potencial e a qualidade da inovação educativa que deve ser introduzida constantemente nas instituições; desenvolver habilidades básicas no âmbito das estratégias de ensino em um contexto determinado,

do planejamento, do diagnóstico e da avaliação; proporcionar as competências para ser capazes de modificar as tarefas educativas continuamente, em uma tentativa de adaptação à diversidade e ao contexto dos alunos; comprometer-se com o meio social. Tudo isso supõe uma formação permanente que desenvolva processos de pesquisas colaborativas para o desenvolvimento da organização, das pessoas e da comunidade educativa que as envolve.”

A concepção da estrutura curricular está articulada ao projeto político pedagógico do curso buscando sempre atingir o perfil esperado do egresso. Nessa perspectiva, a cada semestre cumprido vai sendo delineado o perfil do egresso, através das atividades de sala de aula, das atividades complementares, da participação de eventos, dos projetos de extensão, dos estágios, das atividades de iniciação científica, do núcleo de pesquisa, da monitoria e de outras atividades a critério do colegiado do curso. Além dessas, o Núcleo de Apoio Didático Pedagógico – NADIPE vem desenvolvendo ações junto aos docentes, à comunidade e aos alunos do curso de apoio pedagógico, configurando também a extensão universitária.

O curso de Pedagogia ensinará condições para que o Pedagogo esteja capacitado a compreender tanto questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da educação, quanto de gerenciamento de instâncias educacionais, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas presentes ou emergentes nos vários segmentos do campo de atuação do pedagogo.

As habilitações Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional por intermédio das disciplinas e atividades do currículo do curso, oferecerão ao estudante condições de aprofundar o estudo de processos da dimensão política e técnica das instituições educacionais de forma que tais profissionais possam atuar de forma interdisciplinar traçando estratégias para que os objetivos sejam atingidos, avaliando os resultados obtidos e tomando decisões que corrijam as distorções verificadas, na velocidade que o mundo globalizado exige e com visão holística dos assuntos nacionais e internacionais.

Portanto pretende desenvolver um conjunto de competências e habilidades articuladas com as demandas importantes decorrentes da análise da atuação profissional

e assenta-se na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais. Essas competências referem-se comprometimento com os valores inspirados na sociedade democrática, ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e na articulação interdisciplinar, às competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico, aos processos e investigação que possibilitam o aperfeiçoamento na prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

O egresso deve estar especialmente apto a:

- organizar instituições educacionais, de qualquer porte, planejando, controlando e acompanhando os processos educativos próprios na sua função e,
- introduzir inovações educacionais decorrentes dos novos campos teóricos que interagem com a educação.

O egresso deve, ainda, ter a capacidade de lidar e interagir com os múltiplos desafios que a globalização econômica tem apresentado.

O Curso de Pedagogia da Faculdade Gama e Souza pretende desenvolver o seguinte perfil profissional:

- internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional, sensibilidade, solidariedade e cidadania;
- formação humanística e visão global que o habilite a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;
- competência técnica e científica para atuar como profissional da Educação,
- capacidade para dialogar com as diferentes áreas do conhecimento que permita ao pedagogo ampliar a sua visão de mundo, compreender a dinâmica da sociedade e seus problemas sócio-culturais.
- competência para compreender a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança.

Para tanto, pretende desenvolver as seguintes habilidades:

- interagir criativamente face aos diferentes contextos sociais;
- compreender o fenômeno educacional, de modo político e parte integrante das relações escola e sociedade;

- resolver problemas e desafios educacionais com flexibilidade e adaptabilidade;
- reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente
- transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender interesses sociais e educacionais;
- articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional;
- ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- desenvolver a capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais;
- utilizar as novas tecnologias da educação que se configuram não só como uma prática educativa adequada ao mundo contemporâneo, como também constituem ferramentas importantes no processo de aprendizagem.
- elaborar e desenvolver projetos pessoais e estudo e de trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente.

O desenvolvimento dessas capacidades e habilidades deve conduzir o egresso a internalização de valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional e à formação humanística e visão global que o habilitem a compreender o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

8.9 CURSO NORMAL SUPERIOR — habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Licenciatura)

Autorizado pela Portaria nº 3998, publicada no D.O.U de 30 de dezembro de 2002.

8.9.1 OBJETIVOS

GERAL

O Curso Normal Superior-Educação Infantil tem como objetivo primordial formar professores capazes de promover práticas educativas, que considerem o

desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, mental, afetivo, sócio-cultural e cognitivo-linguístico.

O curso pretende preparar profissionais que sejam capazes de conhecer e adequar conhecimentos da língua portuguesa, da matemática, do mundo físico e natural, e, de outras linguagens e tecnologias, aos conteúdos e situações didáticas requeridas ao ensino da educação infantil; promovendo a aquisição de habilidades e conhecimentos técnicos e científicos que possibilitem ao acadêmico uma atuação competente em classes do ensino da educação infantil.

Pretende, ainda, formar profissionais com uma sólida base social e humanística, capazes de adequar-se às necessidades e aos requisitos da educação na sociedade, ao tempo em que provê a base técnico-científica necessária à execução das atividades pedagógico-administrativas, estimulando a imaginação e a criatividade, exercitando o raciocínio lógico, crítico e analítico, inspirando a capacidade de realização profissional e desenvolvendo as habilidades de expressão escrita e oral.

O curso tem por objetivos, ainda:

- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas e operativas dos alunos centrando-se no processo de assimilação ativa do aluno, onde prevaleça a reflexão, a capacidade crítica e a criatividade;
- Integrar o processo de avaliação institucional, incentivando e apoiando ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino;
- Desenvolver habilidades e competências imprescindíveis para a qualificação do futuro professor de Educação Infantil, mediante a apropriação de conhecimentos que lhe garantam as condições para o exercício das suas atividades;
- Contribuir para a formação do professor que, a partir de uma visão de globalidade do processo educativo, e da sua especificidade na Educação Infantil, seja capaz de trabalhar os seus elementos constitutivos e sua forma de organização, numa visão dinâmica da sociedade.

ESPECÍFICOS

O curso tem como objetivos ainda:

- proporcionar ao acadêmico conhecimento das questões educacionais escolares e da ética profissional;
- qualificar professores com visão ampla do contexto social, político, econômico capazes de contribuir com um ensino básico de qualidade;
- ampliar o universo cultural dos educadores de modo a desenvolver uma formação integral que incorpora a análise da diversidade cultural com o compromisso para a justiça social;
- subsidiar o estabelecimento de novos parâmetros e o redirecionamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem necessários a formação do educador.

Competências e Habilidades

O curso Normal Superior-Magistério em Educação Infantil pretende desenvolver um conjunto de competências articuladas com as demandas importantes, decorrentes da análise da atuação profissional e se assenta na legislação vigente e nas diretrizes curriculares nacionais.

Essas competências referem-se ao comprometimento com os valores inspirados na sociedade democrática; às competências referentes à compreensão do papel social da escola em geral e da Educação Infantil, em particular, ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e na articulação interdisciplinar; às competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico, aos processos de investigação que possibilitam o aperfeiçoamento na prática pedagógica e ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Competências específicas do curso são:

- compreensão e percepção dos processos sociais e dos valores humanos, como a sensibilidade, a ética, a solidariedade e a cidadania, fundamentais no desenvolvimento do trabalho do educador;
- capacidade para compreender a dinâmica da escola em toda a sua multiplicidade, no sentido de auxiliar o educador a resolver os problemas que se apresentam no cotidiano escolar;

- capacidade de estimular e consolidar no seu trabalho a construção de conhecimentos, o enfrentamento independente de problemas, o uso das várias formas de expressão e de exploração do meio físico e social;
- capacidade de articular a instituição onde irá atuar com demais órgãos e instituições de pesquisa, no sentido de estabelecer permanente intercâmbio e atualização de conhecimentos;
- capacidade de dialogar com as diferentes áreas do conhecimento que permita ao educador ampliar a sua visão de mundo, compreender a dinâmica da sociedade e seus problemas sócio-culturais, as relações sociais e propor medidas que visem superar a exclusão social;
- compreensão e valorização do ambiente lúdico por ser mais adequado para compreensão e valorização do ambiente lúdico por ser mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo;
- compreensão e valorização das diferentes culturas e linguagens, sob o enfoque da teoria pedagógica libertadora que valoriza a multiculturalidade e, portanto, torna a educação mais democrática e menos excludente;
- compreensão e valorização do trabalho cooperativo, pois ele propicia o confronto de pontos de vista, a possibilidade de divisão de responsabilidades e funções e descobrimento de solidariedade;
- capacidade de criar oportunidades que desafiem o raciocínio e permitam à criança descobrir e elaborar hipóteses, porque é nesse embate que ela percebe o sentido e o significado do mundo que a cerca e constrói sua identidade;
- compreensão e domínio dos conteúdos básicos relacionados às áreas de conhecimento que serão objeto da atividade docente da educação infantil;
- capacidade para elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo e trabalho, empenhando-se em compartilhar a prática e produzir coletivamente;
- capacidade de olhar a criança como uma pessoa em formação e de promover atividades que permitam seu desenvolvimento integral.

A construção dessas competências deve refletir na escolha dos conteúdos, na abordagem metodológica e na criação de diferentes tempos e espaços de vivência para os futuros professores. Além de proporcionar a formação acadêmica do aluno, o curso

propicia as condições essenciais para o exercício profissional, a capacidade de identificar os problemas relevantes que estão a sua volta, a avaliar as diferentes posições em relação a esses problemas e a ter consciência quanto a sua tomada de decisão e a atuação junto à sociedade. É fundamental que o aluno tenha clareza de que no seu trabalho a meta principal é o benefício social, contribuindo de forma efetiva para um trabalho que seja o inverso do individualismo.

Portanto, além de preparar para uma atuação profissional, o aluno deve ser capaz de enfrentar as dificuldades advindas da vida em sociedade, sem esta visão, os egressos seriam, com certeza, reprodutores de idéias e conceitos que tiveram contato durante a sua formação, ou seja, incapazes de adaptar o conhecimento que adquiriram ao mundo em permanente transformação.

8.10 CURSO DE DIREITO

Autorizado pela Portaria nº 3998, publicado no D.O.U de 30 de dezembro de 2002.

8.10.1 OBJETIVOS

GERAL

O objetivo geral do Curso de Direito ora proposto é a formação de profissionais do Direito com elevado nível de preparo intelectual e consciência social, qualificados para o exercício técnico e profissional do Direito, com ênfase não só nos aspectos jurídicos presentes no cotidiano da comunidade regional, mas também tendo, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- Realçar a formação humanística do aluno, de forma a criar condições concretas para que, no desenvolvimento de suas atividades profissionais, esteja atento ao caráter e à relevância social de sua atuação;
- Analisar a realidade social e as necessidades regionais, visando o aprimoramento da ordem jurídica e de sua atuação concreta, levando à maior parcela possível da população um efetivo e adequado atendimento jurídico;
- Desenvolver, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;

- Informar o aluno de maneira a torná-lo capaz de utilizar os conhecimentos doutrinários, normativos e jurisprudenciais, de uma forma harmoniosa e coerente;
- Implementar a pesquisa como meio imprescindível de promoção das necessárias transformações jurídico-sociais;
- Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de, não apenas prover o atendimento às necessidades comunitárias, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação e evolução social;
- Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a vida cotidiana da sociedade regional; e
- Estudar os fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social.

8.10.2 PERFIL PROFISSIONAL

A concepção do curso de Direito proposto está centrada na demanda regional, voltada para os interesses da sociedade abrangida pela área de influência da Faculdade Gama e Souza, buscando a formação do profissional do Direito comprometido com essa comunidade e empenhado em levar o Direito dos bancos acadêmicos para as ruas, através de uma atuação firme e incisiva na defesa do interesse social.

Por isso oferece um equilíbrio entre a formação fundamental, profissional e prática, através da articulação entre o ensino, a extensão, a pesquisa e a prática jurídica, como já destacada anteriormente. Tais referências serão desenvolvidas além das salas de aulas, nos Núcleos de Pesquisa, de Extensão e de Prática Jurídica.

O profissional que será formado pelo curso de Direito da Faculdade Gama e Souza, além de possuir a formação geral (fundamental e profissional), estará preparado para atuar no mercado, nas atividades públicas e privadas. Neste sentido, o graduado

deverá possuir, não apenas uma visão adequada da importância do Direito não só enquanto ferramenta de evolução comunitária e social, mas também a capacidade de solucionar e equacionar problemas advindos de novas situações.

Para tanto, o projeto pedagógico que se pretende implementar está atento ao desenvolvimento da capacidade de apreensão e de produção criativa do Direito ou de novas e alternativas soluções jurídicas.

Além desta formação prática-profissional, através da implementação dos Núcleos de Pesquisa e Extensão, serão desenvolvidos projetos de pesquisas teóricas e práticas voltados para o aprofundamento e o aperfeiçoamento do direito. Da mesma forma, o desenvolvimento de projetos de extensão propiciará ao alunado e ao corpo docente a interação com a comunidade da periferia da cidade do Rio de Janeiro, em diversas oportunidades.

Entre tais atividades, é possível destacar o campo de atuação nas Penitenciárias da região, na interação com as organizações comunitárias da região, que de maneira inter e multidisciplinar poderão possibilitar o exercício prático no campo de defesa dos interesses diversos da comunidade. Em conjunto com essas mesmas entidades, poderão buscar alternativas para minorar o crescente problema da informalidade na economia, que exclui os trabalhadores informais das conquistas sociais obtidas pelos demais trabalhadores, objetivando a redução das desigualdades sociais, fonte de diversos outros problemas que atingem a sociedade brasileira.

As orientações maiores do curso de Direito, conforme já apresentadas, darão ênfase aos aspectos dos Princípios Gerais e Fundamentais do Direito, do Direito Constitucional, Direito Civil, Direito do Consumidor e do Direito Trabalho.

Todas estas disciplinas buscarão valorizar o atendimento às necessidades prementes da região da periferia da cidade do Rio de Janeiro, caracterizada pela inacessibilidade a serviços jurídicos aptos ao atendimento da demanda do setor da população não favorecido pelos avanços da economia globalizada. Tais destaques serão fortalecidos pela acentuação da responsabilidade de atuação social dos profissionais do Direito – marcada notadamente pela necessidade de que a Ciência Jurídica retome seu papel fundamental de instrumento modificador e inovador, refletindo em seu ordenamento, com agilidade, a evolução da sociedade à qual se destina.

Assim, justifica-se a previsão, além do conjunto de disciplinas obrigatórias de fundamentação e de profissionalização, a previsão das disciplinas pertinentes ao profissional que poderá atuar adequadamente na região, bem como prepará-lo para desenvolver outras atividades jurídicas em qualquer parte do país, sempre dentro desta

visão do profissional do Direito comprometido com o enfoque social e comunitário da Ciência Jurídica.

Comprometida com o desenvolvimento destas competências, com a implantação do curso, referida proposta ora apresentada, a Instituição pretende desenvolver um profissional do Direito que apresente as seguintes capacidades e habilidades em seu perfil:

- Busca pela contínua formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais que devem nortear sua atuação, buscando sempre a correta interpretação e aplicação do Direito;
- Leitura, compreensão, interpretação e elaboração de textos diversos e documentos jurídicos, com correção técnica-jurídica e gramatical, utilizando corretamente a terminologia jurídica;
- Portador de uma conduta ética conscientemente desenvolvida e associada à responsabilidade social e profissional;
- Capacidade de eficaz utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica, bem como de desenvolver eficiente pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- Capacidade para encontrar as soluções adequadas às situações complexas do cotidiano, para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas para as demandas individuais e sociais;
- Capacidade de desenvolver e aplicar as diversas formas judiciais e extrajudiciais de prevenção, composição e solução de conflitos de interesses individuais e coletivos;
- Capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo e executivo inerente ao exercício de sua atividade profissional;
- Domínio da gênese, dos fundamentos, dos princípios básicos e gerais, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico, bem como de seu papel social primordial;
- Domínio das tecnologias e métodos sempre atualizados para a permanente compreensão e aplicação do Direito;

- Consciência e visão crítica dos problemas do tempo e espaço em que se insere, aliada à capacidade de proceder a julgamentos e tomada de decisões;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Senso jurídico e ético-profissional, associado à responsabilidade social, com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade e de suas estruturas comunitárias;
- Capacidade não só de apreensão, de transmissão crítica e de produção criativa do Direito, bem como capacidade de repensar a Ciência Jurídica enquanto instrumento de evolução social, aliadas ao raciocínio lógico-crítico e à consciência da necessidade de sua permanente atualização, não apenas técnica, mas como parte integrante do processo de educação a ser desenvolvido ao longo da vida;
- Compreensão do arcabouço histórico-social embasador da realidade hoje vivenciada, de modo a obter uma eficaz visão dos problemas sociais e de alternativas para sua solução;
- Visão atualizada do mundo e, precipuamente, dos problemas sociais, comunitários e humanitários do seu tempo e espaço, com uma consciência solidária dos problemas de seu tempo e de seu espaço;
- Capacidade de apreensão do sentido e da causalidade das normas jurídicas no contexto da atuação profissional;
- Capacidade de compreensão e de articulação com a prática de conteúdos teóricos e normativos;
- Capacidade de interpretação e de aplicação prática do Direito;
- Capacidade de articulação e produção teórica, que apresente lógica de conteúdo, domínio lingüístico e metodológico;
- Capacidade teórica e prática de atuação jurídico-profissional;
- Capacidade de interpretação, reflexão e argumentação em relação à solução de conflitos e atendimentos de legítimos interesses, no âmbito judicial e extrajudicial; e
- Capacidade de pesquisa teórica e empírica, voltada para o aprofundamento e aperfeiçoamento do direito.

Para atingir o perfil pretendido para os profissionais a serem formados, o presente curso de Direito deve propiciar aos seus alunos o desenvolvimento e a prática pedagógica, ao menos, das seguintes habilidades:

- Leitura, compreensão, interpretação e elaboração de textos diversos e documentos jurídicos;
- Interpretação e aplicação racional do Direito em caso concreto aos planos quer individual quer social;
- Pesquisa e utilização da legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes formais e informais do Direito;
- Correta utilização da linguagem, com clareza, precisão e propriedade, obtenção de fluência verbal e escrita, com riqueza e adequação de vocabulário;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito nas situações complexas do cotidiano;
- Leitura e compreensão crítica de textos e documentos;
- Interpretação, aplicação e questionamento crítico do Direito;
- Produção criativa do Direito enquanto ferramenta de transformação e evolução social;
- Percepção do fenômeno jurídico em suas formas de expressão cultural, social e científica;
- Capacidade de repensar continuamente o Direito, fazendo da Ciência Jurídica um reflexo permanente da evolução cultural e social;
- Utilização do raciocínio lógico, argumentação, persuasão e reflexão críticas como ferramentas para aplicação do Direito;
- Compreensão interdisciplinar do Direito e dos instrumentos e técnicas postos à sua disposição para sua aplicação eficaz à realidade individual e social;
- Utilização de instrumentos e técnicas adequados ao conhecimento e aplicação do Direito; e
- Equacionamento de problemas e conflitos de interesses em harmonia com as exigências do convívio social, inclusive mediante o emprego de meios extrajudiciais de prevenção, composição e solução de conflitos de interesses individuais e coletivos.

Assim o currículo do curso apresentado está em sintonia com os objetivos e finalidades propostos, e ainda propiciará ao alunado, debates e participação em temas

atuais nas atividades acadêmicas complementares, nos projetos de pesquisa, ensino e extensão e nos eventos específicos que serão oferecidos ao longo do curso.

ANEXOS

Proposta de Avaliação Institucional da
Faculdade Gama e Souza

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Gama e Souza entende que a Auto-avaliação Institucional somente faz sentido quando possui por escopo a melhoria das atividades acadêmicas, administrativas e sociais bem como o desenvolvimento dos sujeitos avaliados. Por meio dos seus processos e resultados, a Auto-avaliação Institucional deve servir como mecanismo de identificação da causalidade e consequência dos problemas que afligem a realização das atividades institucionais.

A Auto-avaliação Institucional deve gerar conhecimento capaz de apoiar o planejamento e o controle institucional, e, portanto, deve ser concebida por meio do envolvimento de toda a comunidade acadêmica.

É com essa visão que a Faculdade Gama e Souza apresenta à CONAES / Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior sua Proposta de Auto-avaliação Institucional de acordo com a Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, Portaria do MEC 2.051 de 09 de julho de 2004, as Diretrizes para Auto-avaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro de Auto-avaliação das Instituições.

Rio de Janeiro, dezembro de 2004.

Coordenação CPA
Prof^a. Cristina Alves de Brito

Proposta de Auto-avaliação Institucional da Faculdade Gama e Souza

I. INTRODUÇÃO

A literatura que trata da Avaliação Institucional considera pelo menos dois principais objetivos: a busca da qualidade da educação superior e a prestação de contas à sociedade. A primeira, a busca da qualidade, está centrada no alcance dos resultados a médio prazo, já que trata da aquisição de conhecimentos e sua transformação num discurso próprio, permitindo ao graduando que articule os conteúdos assimilados de modo que os transforme em saberes referenciadores de alteridades sociais. Afinal, a busca da qualidade deve considerar a pluralidade de valores que permeia o referencial de qualidade institucional e esse referencial, subjacente às atividades acadêmicas e de gestão, pode ser classificado como: científico, técnico, político e social. A valoração deste referencial da qualidade acadêmica demanda a transcendência da reflexão sobre o que existe de forma explícita na instituição para:

- esclarecer as ideologias que perpassam o sistema organizacional;
- gerar compreensão da historicidade institucional e do momento presente, possibilitando a projeção fundamentada do futuro;
- produzir conhecimento sobre a instituição e sobre a comunidade acadêmica.

Já a prestação de contas consiste na geração de informações sobre os resultados obtidos pela instituição de ensino e como os mesmos se relacionam com a sociedade. A instituição de ensino, seja qual for sua forma de constituição, deve cumprir seu papel social e ser avaliada, de forma direta, pela sociedade receptora dos serviços e, indiretamente, pelo poder público.

A Auto-avaliação da Faculdade Gama e Souza, apesar de ser um instrumento de controle interno e externo da instituição — como indica as diretrizes do MEC —, não se restringe à coleta de dados e à geração de relatórios estatísticos: além da coleta e da observação, a Auto-avaliação deve ser acompanhada de julgamentos e interpretações de mérito. Esses devem ser relativos aos desenvolvimentos dos processos avaliados, dos julgamentos executados e das interpretações de relevância quanto à natureza dos processos

avaliados. E é a partir das interpretações e dos julgamentos que, baseada em padrões de referência, a Comissão Própria de Avaliação irá propor ações estratégicas e operacionais para alimentar o processo decisório da Faculdade Gama Souza e dimensionar a amplitude de alcance da qualidade das atividades acadêmicas.

II. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O histórico da Instituição remonta a meados do século XX, quando, no ano de 1963, a professora Inah Gama de Souza idealizou e deu corpo a um de seus sonhos: fundou o Jardim Escola Menino Jesus, oferecendo os cursos de maternal, jardim de infância, pré-primário e primário. Inicialmente localizado no número 58 da rua Vieira Ferreira, em Bonsucesso, com o passar dos anos, tornou-se sede do Curso Gama e Souza, cujo objetivo era preparar jovens para o ingresso nas academias militares e institutos de educação — o antigo Curso Normal.

Fundado pelo professor Aluísio Gama de Souza, o Curso foi, à custa de muito trabalho, crescendo e arregimentando novos alunos. Depois de três anos de atividades, na rua Vieira Ferreira, o colégio se transferiu para um imóvel maior, na avenida Teixeira de Castro, também em Bonsucesso, onde funciona, até hoje, uma de suas sedes. E foi na nova sede que o Grupo Gama e Souza implantou o Ginásio Gama e Souza que, num primeiro momento, tinha apenas o curso ginásial noturno. Algum tempo depois, houve a fusão do jardim Escola Menino Jesus, do Curso Gama e Souza e do Ginásio Gama e Souza em uma só mantenedora (Ginásio Gama e Souza), dando, assim, origem ao Colégio Gama e Souza que, posteriormente, passou à denominação de Unidade Educacional Gama e Souza.

A partir da segunda metade da década de 70, o Grupo Gama e Souza começou a sua expansão e, hoje, é composto pela Unidade Educacional Gama e Souza, com sede em Bonsucesso e filiais em Olaria, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes — todos no município do Rio de Janeiro — e pelo EME — Instituto de Educação com sede no município de Mesquita, Estado do Rio de Janeiro. Continuando a perseguir o ideal de atingir todos os níveis de formação, o Grupo Gama e Souza obteve em 1998 credenciamento pelo MEC para fazer funcionar a FACULDADE GAMA E SOUZA, com sede na rua Leopoldina Rego, nº 502, Olaria, Rio de Janeiro.

A FACULDADE GAMA E SOUZA tem como mantenedora a Associação de Cultura e Educação Santa Teresa e possui o Campus I (com obras em expansão), na rua Leopoldina Rego, nº 502, no bairro de Olaria, na cidade do Rio de Janeiro e, com 3 Km de distância, o Campus II, destinado a ampliações e à implantação de novos cursos na avenida Brasil, nº 5843, no bairro de Bonsucesso, na cidade do Rio de Janeiro. Num trabalho conjunto, os colégios mantidos pelo Grupo Gama e Souza, funcionam como Colégios de aplicação da FACULDADE GAMA E SOUZA, para a realização dos estágios supervisionados pertinentes aos cursos de licenciatura.

A FACULDADE GAMA E SOUZA, hoje, oferece os cursos de Ciências Contábeis (Bacharelado); Ciências Econômicas (Bacharelado); Ciências, com habilitação em Matemática (Licenciatura Plena); Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas (Licenciatura Plena); Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar, Supervisão Escolar e Orientação Educacional (Bacharelado); Normal Superior, com habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Licenciatura); Administração com habilitação em Administração Geral (Bacharelado); Turismo (Bacharelado); Sistemas de Informação (Bacharelado) e Direito (Bacharelado). Sendo preocupação da IES o cumprimento de todas as etapas legais, todos os cursos passaram pelo processo de verificação do MEC, atendendo às exigências instrumentais e documentais. Com isso, pode-se dizer que tanto o projeto acadêmico quanto o projeto de infraestrutura atendem às demandas próprias do meio acadêmico e do mundo do trabalho.

É, ainda, preocupada em sedimentar um núcleo acadêmico que também produza conhecimentos que, mais uma vez partindo do ideal, a FACULDADE GAMA E SOUZA deu corpo à Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão / COPPE *Gama e Souza*. Funcionando no Campus II / Bonsucesso (Av. Brasil, nº 5843) a COPPE *Gama e Souza* é o espaço em que são articuladas as linhas de pesquisa, as propostas de projetos e o lançamento de cursos de Especialização *Lato Sensu*, que atendem aos novos postulados teóricos acerca da estrutura curricular incentivados pelo MEC. Assim, com decisão, dedicação e legitimidade, a FACULDADE GAMA E SOUZA tem procurado dar forma à inconsútil matéria de *nossos* sonhos: investir em educação, não porque dela alcançará o lucro capital e sim, porque somente através dela o homem pode conquistar a si mesmo e aos outros — essa é sua vocação e, portanto, sua Responsabilidade Social.

III. OBJETIVOS DA AUTO-AVALIAÇÃO DA FACULDADE GAMA E SOUZA

De acordo com o documento “Diretrizes para a Auto-avaliação das Instituições”, os dois objetivos centrais da auto-avaliação são:

- *Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a auto-análise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;*
- *Privilegiar o conceito da auto-avaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.*

III. 1 – Objetivo Geral

Analisar dados de natureza quantitativa e qualitativa, relativos à efetividade das atividades educacionais, visando à melhoria dos processos acadêmicos e administrativos.

III. 2 – Objetivos Específicos

- Gerar conhecimento institucional para subsidiar as decisões estratégicas e operacionais;
- Analisar a socialização dos resultados das ações institucionais e a interação com a comunidade acadêmica interna e externa;
- Analisar a relevância científica, cultural, política e social das atividades educacionais;
- Analisar os pontos fortes e fracos dos processos acadêmicos e administrativos, bem como as suas causalidades e conseqüências;
- Prestar conta à sociedade sobre as atividades institucionais;
- Otimizar a integração organizacional buscando a cooperação dos agentes institucionais em relação à melhoria contínua da qualidade das atividades educacionais e administrativas.

IV. CONCEPÇÃO DA AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

As mudanças qualitativas devem emergir dos agentes institucionais envolvidos, por meio de ações que surgem do conhecimento e da vontade de participar dos mesmos. Para que isto ocorra, os resultados da Auto-avaliação da Faculdade Gama e Souza devem ser percebidos como propriedade dos agentes institucionais.

Esta concepção da Auto-avaliação Institucional da Faculdade Gama Souza pode ser analisada considerando cinco aspectos:

- Legitimidade – deve ser buscado o reconhecimento e aprovação da comunidade acadêmica;
- Utilidade – os resultados da Auto-avaliação Institucional devem apresentar informações relevantes e atinentes com o objetivo de melhoria da qualidade das atividades acadêmicas e administrativas;
- Precisão – a clareza do processo avaliativo deve ser reconhecida pelos agentes institucionais;
- Visibilidade – a transparência do processo avaliativo, em todas as suas etapas, deve possibilitar aos agentes institucionais o acompanhamento integral da Auto-avaliação Institucional;
- Ética – os valores e a cultura dos agentes institucionais e da Faculdade Gama e Souza devem ser respeitados e os processos de mudança devem ser conduzidos de forma ética.

V. ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

A Comissão Própria de Avaliação/CPA da Faculdade Gama e Souza é o órgão responsável pela sistematização e implementação da Auto-avaliação Institucional e da prestação de informações ao Ministério da Educação, tendo sido constituída por meio da Portaria nº 1 / 2004 apresentando a seguinte composição:

- Cristina Alves de Brito — representante do corpo docente;
- Carmen de Oliveira Antiqueira — representante do corpo técnico-administrativo;
- Rodrigo de Souza Carvalho — representante do corpo discente;

- Sebastião Lopes Ferraz — representante da sociedade civil organizada.

As demandas operacionais e financeiras para execução da Auto-avaliação Institucional serão encaminhadas à Direção Geral da Faculdade Gama e Souza.

VI. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Auto-avaliação Institucional da Faculdade Gama e Souza deve considerar de forma holística as atividades acadêmicas e administrativas, abrangendo o ambiente interno e externo de atuação.

Na avaliação do ambiente interno serão consideradas as seguintes variáveis:

- Corpo discente;
- Corpo docente;
- Corpo Técnico-administrativo;
- Gestores;
- Projeto Pedagógico de Curso;
- Projeto Pedagógico Institucional.

Na avaliação do ambiente externo serão consideradas as seguintes variáveis:

- Cenários e tendências macroeconômicas;
- Cenários e tendências da regulação da Educação Superior;
- Cenários e tendências dos produtos e serviços institucionais;
- Cenários e tendências do mercado de trabalho;
- Pesquisa com os discentes egressos;
- Pesquisa com os segmentos representativos da comunidade.

VI. 1 – Etapas da Auto-avaliação Institucional

A Auto-avaliação Institucional da Faculdade Gama e Souza — não fugindo à regra de ser um processo contínuo, implementado ano a ano — será desenvolvida por meio das seguintes etapas: Preparação, Desenvolvimento e Consolidação.

a) da Preparação

A Preparação consiste em três momentos:

1º momento: constituição da Comissão Própria de Avaliação/CPA que é o organismo responsável pela condução do planejamento e controle do processo avaliativo. Sua constituição e mandato seguem o que dispõe a Portaria nº 1 / 2004.

2º momento: Planejamento — não só a elaboração da proposta bem como as definições da forma de operacionalização da Auto-avaliação Institucionais foi elaborada pela CPA. Inicialmente o eixo central da proposta foi analisado e debatido pelo corpo docente, pelo corpo de coordenadores acadêmicos e pela Direção da Instituição. Em continuidade ao processo de planejamento, serão realizados debates, por curso, com o corpo discente e o corpo técnico administrativo. Os coordenadores acadêmicos de curso estão programando reuniões com os seus pares para analisarem os instrumentos avaliativos que estão sendo definidos pela CPA.

O Planejamento será desenvolvido como uma ação continuada, objetivando a redefinição ou ajustes de estratégias, metodologias e utilização de recursos, observados os prazos estabelecidos pela Portaria MEC 2051/04.

3º momento: Sensibilização – consiste no processo de socialização da Auto-avaliação Institucional, com o propósito de assegurar a participação da comunidade acadêmica interna e externa no ciclo avaliativo.

A sensibilização da Auto-avaliação Institucional da Faculdade Gama e Souza será desenvolvida de forma contínua, envolvendo e motivando os agentes institucionais e a comunidade externa, objetivando estabelecer a legitimidade do processo avaliativo. Ela (a sensibilização) compreende uma série de ações realizadas consoante a seguinte etapa de preparação:

- Reuniões com a Direção;
- Reuniões com o corpo de coordenadores acadêmicos;
- Reuniões e debates com o corpo docente;
- Reuniões com o corpo discente;
- Reuniões com o corpo técnico-administrativo.

Ações de Sensibilização Previstas:

- Evento de Abertura do processo avaliativo em Abril de 2004;
- Palestra de Apresentação da Auto-avaliação Institucional para o corpo docente;
- Palestra de Apresentação da Auto-avaliação Institucional para o corpo discente;
- Palestra de Apresentação da Auto-avaliação Institucional para o corpo técnico-administrativo;
- Elaboração de um informativo sobre a Auto-avaliação Institucional;
- Desenvolvimento de um fórum on-line para discussão de temas específicos relativos à Auto-avaliação Institucional;
- Construção de Murais;
- Reuniões com segmentos representativos da comunidade acadêmica;
- Reuniões com organismos de classe profissional inerente aos cursos ofertados.

b) do Desenvolvimento

Esta etapa consiste na concretização das ações definidas na etapa de Preparação. Na realidade, é uma etapa simultânea a anterior, pois conforme estratégia (citada anteriormente) adotada pela CPA, o Planejamento será desenvolvido de forma contínua e não estática.

A CPA tomará ações para assegurar a observância das diretrizes definidas na etapa de Preparação, ressalvados os ajustes de rumo que tenham por objetivo melhorar ou corrigir o processo avaliativo. A CPA também assegurará a articulação dos trabalhos e dos agentes institucionais e da comunidade externa envolvida bem como o cumprimento dos prazos.

O desenvolvimento consiste, de forma não exaustiva, em:

- Processo continuado de sensibilização;

- Sistematização e registro das ações inerentes ao processo avaliativo e sua preparação;
- Apresentação da proposta de Auto-avaliação Institucional para a comunidade acadêmica interna e externa;
- Definição de grupos de trabalho efetivos e temporários;
- Construção dos instrumentos avaliativos;
- Definição da metodologia de coleta e análise dos dados;
- Definição da estrutura necessária à operacionalização da Auto-avaliação Institucional;
- Definição e elaboração de relatórios;
- Programação e organização de debates dos resultados do processo avaliativo;
- Divulgação dos resultados.

c) da Consolidação

Esta etapa consiste na elaboração e análise do relatório final, na reflexão da execução do processo avaliativo e na divulgação dos resultados. O relatório final, de caráter analítico e interpretativo, será elaborado considerando a diversidade de leitores potenciais e, posteriormente, divulgado junto à comunidade acadêmica e à comunidade externa, conveniada ou não, de acordo com as possibilidades midiáticas.

Enquanto o relatório final objetiva uma leitura depurada dos diferentes processos que permeiam as atividades institucionais, a divulgação objetiva socializar os resultados do processo avaliativo, bem como oportunizar os debates para obtenção de análises, sugestões e críticas visando à geração de ações de melhoria da qualidade das atividades acadêmicas e administrativas da Faculdade Gama e Souza e, por fim, a reflexão sobre o processo avaliativo objetiva analisar a execução dos trabalhos, buscando melhorias que possam ser implantadas no próximo ciclo da Auto-avaliação Institucional.

VI. 2 – Instrumental Avaliativo

O modelo de Auto-avaliação da Faculdade Gama e Souza segmentará as informações pertinentes em três níveis: Dimensões, Indicadores e Tópicos.

As Dimensões a serem avaliadas foram estabelecidas pela Lei 10.861/04, art. 3º. Compreendendo o nível que agrega os indicadores que serão definidos no processo avaliativo.

Os Indicadores constituem as métricas das Dimensões e serão definidos em função da interdependência e interação dos Tópicos que os constituem. Os Tópicos a serem avaliados receberão um conceito de acordo com o instrumental avaliativo definido.

Aos Tópicos serão atribuídos os seguintes conceitos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco ou Muito Fraco. Dependendo da especificidade do que está sendo avaliado, alguns Tópicos compreenderão dois conceitos: Muito Bom ou Muito Fraco e/ou outros três conceitos: Muito Bom, Regular ou Muito Fraco. Aos Tópicos e aos Indicadores serão atribuídos pesos de acordo com o julgamento de relevância do fator avaliado.

O conceito dos Indicadores será composto pela combinação dos pesos e dos conceitos dos Tópicos e o conceito das Dimensões pela combinação dos pesos e conceitos dos Indicadores. O Resultado das Dimensões será definido como: Muito Bom, Bom, Regular e Insuficiente.

Objetivando melhorar a organização da informação, os indicadores que serão formulados poderão ser agregados em um nível intermediário denominado de Categoria, cuja conceituação segue o que foi disposto para os níveis Dimensão, Indicador e Tópico.

VI. 2.1 – Dimensões e Tópicos

A CPA da Faculdade Gama e Souza, com base na Lei 10.861/04 e no documento *Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições*, emanado da CONAES, considerou a avaliação das seguintes Dimensões:

- a) Missão e PDI;
- b) A política para o ensino, a pesquisa, a extensão, a pós-graduação, e os mecanismos para sua operacionalização;
- c) A responsabilidade social da Faculdade Gama e Souza;
- d) A comunicação com a sociedade;
- e) As políticas de recursos humanos;

- f) Organização e gestão institucional;
- g) Infra-estrutura física;
- h) Planejamento, controle e avaliação;
- i) Política de atendimento aos discentes;
- j) Sustentabilidade econômico-financeira.

Tópicos obrigatórios a serem avaliados nas Dimensões²⁴:

a) Missão e PDI

- finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados em documentos oficiais;
- concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

b) A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão, a Pós-graduação e os mecanismos para sua operacionalização

- Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;

²⁴ - A CPA da Faculdade Gama e Souza considera que os tópicos obrigatórios devem ser passíveis de implementação e articulação por uma IES de seu porte. Assim, assumir o compromisso de parcerias internacionais, produções científicas de grande porte, entre outros, é, neste momento, engessar o crescimento da IES e, conseqüentemente, deixar de investir esforços no que é mais necessário para dar sustentabilidade aos cursos e aos programas já existentes que objetivam atender à comunidade acadêmica e local. A intenção da CPA da Faculdade Gama e Souza é permitir à IES que seja capaz de desenvolver atividades e empreender ações cabíveis aos seus limites de Faculdade e pertinentes aos cursos que oferece.

- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;
- Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência publicações resultantes das pesquisas empreendidas, produção de monografias, organização de eventos acadêmicos e formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções;
- Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional;
- Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica);
- Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;
- Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos;
- Concepção de extensão e de intervenção social²⁵ afirmada no PDI;
- Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;
- Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

c) A Responsabilidade Social da Faculdade Gama e Souza

- Transferência, sempre que possível, de conhecimento e importância social das ações universitárias e o impacto das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;

²⁵ - Por “*intervenção social*” compreende-se a capacidade de formar indivíduos articuladores de um discurso crítico-reflexivo que possa empreender melhorias nas comunidades em que residem ou que necessitem de atenção especial – podem essas comunidades pertencerem ao entorno da FGS ou do próprio alunado. Entende-se, ainda, a capacidade de a FGS, através dos programas de pós-graduação, pesquisa e extensão, firmar parcerias com as comunidades locais a fim de auxiliá-las no desenvolvimento e aplicação de projetos de alcance e amplitude sociais.

- Sensibilização do corpo discente para a importância social das ações acadêmicas e o impacto de tais ações para o desenvolvimento social;
- Relacionamento com setores diversos da sociedade, sempre que possível for o estabelecimento de parcerias;
- Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc.

d) A Comunicação com a Sociedade

- Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- Imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

e) As Políticas de Recursos Humanos;

- Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão;
- Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos;
- Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

f) Organização e Gestão Institucional

- Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;
- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados;
- Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);
- Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

g) Infra-estrutura Física

- Adequação da infra-estrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;
- Utilização da infra-estrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

h) Planejamento, Controle e Avaliação

- Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

i) Políticas de Atendimento aos Discentes

- Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;
- Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada;

- Inserção profissional dos egressos;
- Participação dos egressos na vida da Instituição.

j) Sustentabilidade Econômico-financeira

- Sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- Políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

A CPA da Faculdade Gama e Souza definirá: os Indicadores, os demais Tópicos necessários à avaliação das especificidades institucionais que não foram contempladas nos Tópicos obrigatórios, os instrumentos de coleta e a metodologia de análise e interpretação dos dados.

A CPA também definirá a periodicidade de avaliação das Dimensões, observado o que dispõe a Lei 10.861/04, a Portaria MEC 2.051/04 e os documentos das Diretrizes para a Auto-avaliação e Orientações Gerais para o Roteiro de Auto-avaliação das Instituições.

II - CRONOGRAMA

AÇÕES	ANO/TRIMESTRE												
	2004	2005				2006				2007			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Constituição da CPA													
Elaboração do Eixo Central da Proposta													
Definição de Indicadores													
Definição de Tópicos Complementares													
Definição de Instrumentos e Procedimentos													
Sensibilização													
Desenvolvimento													
Consolidação													
Revisão e Ajuste da Auto-avaliação													
Início de novo Ciclo Avaliativo													

Prof^a Ms. Cristina Alves de Brito
Coordenadora da CPA
Faculdade Gama e Souza